



Relatório de Autoavaliação

2012

AVALIAÇÃO é um processo...

... **FILOSÓFICO**, enquanto respeita valores;

... **SOCIAL**, na medida em que tem implicações de transformação em andamento;

... **PEDAGÓGICO**, enquanto propõe caminhos, metodologias e procedimentos de transformação;

... **TÉCNICO**, enquanto trabalha como instrumental adequado e o mais aperfeiçoado possível;

... **POLÍTICO**, enquanto se insere num contexto que realmente favorece, apóia ou estimula o processo em andamento ou permite que ele aconteça.

Serve ainda de subsídio ao processo administrativo, quando estuda a viabilidade e aborda questões de custos, espaço e tempo...

(Thereza Penna Firme, apud Cesgranrio, 1998, p.14)

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: **Universidade Católica de Pelotas**

Código da IES no MEC: **018**

Caracterização: **Instituição privada, sem fins lucrativos, comunitária, confessional**

Estado: **RS**

Município: **Pelotas**

1.1. Breve Histórico da IES

O Decreto Presidencial nº 49.088, de 07 de outubro de 1960, oficializou a criação da Universidade Católica Sul-Riograndense de Pelotas, fundada por Dom Antônio Záttera, 3º Bispo Diocesano de Pelotas. Sua instalação solene ocorreu no dia 22 de outubro daquele ano, como a primeira Universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Dois anos após, por decisão do Conselho Universitário, simplificou seu nome para Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Sua constituição resultou da agregação de cursos e faculdades existentes na região, a maioria fruto de iniciativas da Igreja na área da educação ao longo do tempo. Assim, a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, em funcionamento desde 1937; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1953 e o Curso de Jornalismo (mais tarde Faculdade de Comunicação Social), criado em 1958, formaram a base pelotense em que a UCPEL se constituiu. Agreguem-se a essas iniciativas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, que começou a funcionar no ano letivo de 1959, e a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, de Rio Grande, que a Mitra Diocesana de Pelotas assumiu em 1959, legalmente autorizada a funcionar no início de 1960.

O primeiro decênio da UCPEL marcou o acréscimo de novas faculdades e cursos, registrando uma expansão considerável. Surgiram, então, a Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, além de novos cursos nas Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, todos em Pelotas. Fora do Município, criou-se a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, a Faculdade de Direito de Bagé e, atendendo a demandas, com autorização do Conselho Federal de Educação, o Curso de Estudos Sociais, em Jaguarão, o de Ciências Econômicas, em São Gabriel, e o de Ciências Contábeis, em Camaquã.

A maioria dos cursos e faculdades localizadas fora de Pelotas mais tarde deu origem a outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande – FURG – e a Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

No decorrer do tempo, a Universidade procedeu a reformulações estatutárias, ajustando-se, assim, às novas realidades do País. Em consequência, sua estrutura também passou por alterações e atualmente possui quatro Centros e três Institutos, por meio dos quais realiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mantida anteriormente pela Mitra Diocesana de Pelotas e, atualmente, pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC – que é uma associação civil, sem fins lucrativos, a UCPEL constituiu-se em uma IES de caráter particular, comunitária, filantrópica e confessional. Situa-se no município-pólo da Zona Sul do Estado, atuando, também, em outras comunidades da região por meio do ensino e de ações extensionistas.

Além das atividades de graduação, a Universidade possui atualmente três programas de Pós-graduação: mestrado e doutorado em Letras, mestrado e doutorado em Saúde e Comportamento e mestrado em Política Social. No ano de 2012 foi aprovada a criação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, a ser oferecido a partir de 2013. Em decorrência dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvem-se as atividades de pesquisa na Instituição.

Na área de pós-graduação *lato sensu*, durante o ano de 2012 estiveram em funcionamento os cursos abaixo relacionados.

Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> oferecidos em 2012
ANÁLISES CLÍNICAS
CONTROLADORIA E FINANÇAS
ENFERMAGEM DO TRABALHO
ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
FISIOTERAPIA CARDIORRESPIRATÓRIA E TERAPIA INTENSIVA
MARKETING E INOVAÇÕES EM COMUNICAÇÃO
MEDICINA DO TRABALHO

No ano de 2012 foram oferecidos os cursos de graduação abaixo relacionados, sendo que em 2013 a UCPEL ofertará dois novos curso: Engenharia da Computação e Ciências Biológicas bacharelado.

Cursos de Graduação oferecidos em 2012
===== Centro de Ciências da Vida e da Saúde
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ECOLOGIA
ENFERMAGEM
FARMÁCIA
FISIOTERAPIA
MEDICINA
PSICOLOGIA
===== Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais
ADMINISTRAÇÃO (Pelotas e Santa Vitória do Palmar)
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DIREITO
TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR
SERVIÇO SOCIAL
===== Centro de Educação e Comunicação
TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO
JORNALISMO
LETRAS
MATEMÁTICA
PEDAGOGIA
TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO FONOGRÁFICA
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
===== Centro Politécnico
ARQUITETURA E URBANISMO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIA ELÉTRICA
ENGENHARIA ELETRÔNICA
QUÍMICA AMBIENTAL
QUÍMICA (licenciatura)
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
===== Instituto Superior de Filosofia
FILOSOFIA (bacharelado e licenciatura)

1.2. Inserção Regional

A Universidade Católica de Pelotas está plenamente inserida no contexto regional do sul do Estado do Rio Grande do Sul por meio de ações concretas em programas diversos, salientando-se as atividades do Escritório de Desenvolvimento Regional – EDR, com o objetivo de criar mecanismos de interação com o setor produtivo, coordenando as ações entre a oferta e a demanda por conhecimentos científicos e tecnológicos, informação e serviços especializados, e exercendo suas atividades sob a forma de projetos em parcerias com entidades de classe, órgãos públicos e privados, com abrangência regional. Entre os parceiros encontram-se o SEBRAE/RS e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI – do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, várias unidades vinculadas aos Centros da Universidade contribuem significativamente para o desenvolvimento local e regional. Entre elas, temos: a TV UCPEL, ligada ao Centro de Educação e Comunicação; a Assistência Judiciária Gratuita, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Empresariais; a Clínica Psicológica, o Centro de Atendimento Psicossocial, a Clínica de Fisioterapia, as Unidades Básicas de Saúde e o Laboratório Escola de Análises Clínicas, vinculados ao Centro de Ciências da Vida e da Saúde, o Laboratório de Engenharia Civil e o Laboratório de Química Ambiental, vinculados ao Centro Politécnico, dentre outros.

A UCPEL mantém convênios com vários municípios, realizando cursos por demanda das comunidades, cooperando assim, de maneira efetiva, na formação de profissionais capazes de atender às necessidades de recursos humanos e ao desenvolvimento da Região. Todas essas ações e muitas outras identificam, claramente, a inserção regional e a liderança da UCPEL no sul do Estado, como vêm expressas na declaração de sua VISÃO.

Especial destaque da UCPEL na prestação de serviços à comunidade recebem seus órgãos auxiliares: o Hospital Universitário São Francisco de Paula e a Rádio Universidade.

1.2.1. Hospital Universitário São Francisco de Paula

Em 27 de junho de 1958 foi fundada a Sociedade Hospital de Clínicas de Pelotas Dr. Francisco Simões S/A. Inicialmente a ideia era construir uma casa de saúde. O projeto foi mais longe e se transformou em um hospital. Naquele mesmo ano a sociedade deu início à venda de ações e títulos de participação.

Em 10 de novembro de 1975 a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), através do Bispo da Diocese e Reitor da Instituição de Ensino, Dom Antônio Zattera, adquiriu o controle acionário da instituição. Oficialmente, em 1º de agosto de 1976, a UCPEL assumiu o comando da casa de saúde, desta vez com caráter filantrópico. Surgia assim o Hospital de Clínicas da Universidade Católica de Pelotas. O nome de hoje, Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP), veio no ano de 1996, com o objetivo de fortalecer a identidade do estabelecimento.

Implantado, inicialmente, como braço da saúde da Universidade para o atendimento acadêmico dos estudantes de Medicina, logo se tornou campo de ação para outros cursos como Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Gestão Hospitalar, Serviço Social, Design de Moda, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Com 247 leitos, dos quais 70% destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, atende pacientes de toda a zona sul do Estado. Como extensões para o atendimento primário, o Hospital tem ligados a si Unidades Básicas de Saúde em bairros carentes da cidade. O atendimento ambulatorial é prestado no Campus da Saúde Dr. Franklin Olivé Leite, amplo espaço na zona norte da cidade, onde têm atividades os cursos do Centro de Ciências da Vida e da Saúde: Medicina, Farmácia, Fisioterapia e Enfermagem.

O Pronto Socorro Municipal ocupa as dependências do HUSFP, em decorrência de convênio assinado entre as Universidades Federal e Católica de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Pelotas, com a coordenação de um Conselho Gestor integrado por representantes das Instituições e sob a supervisão do Conselho Municipal da Saúde.

Em processo de melhorias permanentes, o HUSFP conquistou Medalha de Bronze, Troféu Bronze e Troféu Prata do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade/RS, além de ser certificado como Hospital Amigo da Criança pela Fundação ABRINQ e Hospital de Ensino, por Comissão Interministerial. Além disso, recebeu também inúmeras condecorações de órgãos representativos da sociedade riograndense.

Como órgão auxiliar da Universidade Católica de Pelotas, o HUSFP tem como mantenedora a Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), responsável, entre outras funções, por regular a gestão do referido hospital.

O Hospital Universitário São Francisco de Paula tem como Missão Institucional: *“Promover a saúde de forma ética e humanizada, por meio da assistência integrada com o ensino e a pesquisa, sendo agente transformador da comunidade e oportunizando qualidade de vida às pessoas”*. Nos últimos anos são visíveis as grandes transformações que a Instituição conquistou. Essa trajetória torna hoje o HUSFP um dos maiores e mais modernos hospitais de médio porte do Rio Grande do Sul.

1.2.2. Rádio Universidade

A Rádio Universidade Católica de Pelotas, emissora em AM, 1160 kHz, ZYK 273, foi fundada em 25 de julho de 1967 pelo então Bispo Diocesano D. Antônio Zattera

É a mais jovem das emissoras de ondas médias da cidade, possuindo estreita vinculação com a comunidade católica brasileira, sendo um meio de comunicação, divulgação e contato da Universidade com a sociedade. Serve de campo de estágio para os alunos da Escola de Comunicação Social.

A RU, como é conhecida, mantém uma programação basicamente jornalística, onde predominam a notícia e o esporte. A emissora esteve e está presente na cobertura dos fatos de grande relevância na história, seja no país ou no mundo. Como exemplos podemos citar coberturas de eleições nacionais, posses de Presidentes da República e ministros, de Governadores do Estado do Rio Grande do Sul, sucessão de Papas diretamente do Vaticano, entre outras.

No plano esportivo, acompanha não somente os três clubes locais em todas as competições que disputam, mas também os clubes amadores de futebol de salão nas participações a nível estadual, e os torneios de Paddle.

Recentemente, a Rádio Universidade Católica de Pelotas adquiriu e colocou em funcionamento um novo transmissor, muito mais potente. Hoje a emissora atinge diretamente mais de 40 municípios da região e ainda a fronteira com o Uruguai, totalizando mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, contando também com a transmissão via internet ao vivo para o mundo inteiro.

1.2.3. Escritório de Desenvolvimento Regional

O Escritório de Desenvolvimento Regional iniciou no segundo semestre de 2012 reformulações no sentido de aproximá-lo cada vez mais de seu papel de órgão fomentador do desenvolvimento regional. Fazem parte do EDR o Centro de Incubação de Empresas da Região Sul (Ciemsul), a Empresa Júnior e o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (Itepa).

O Ciemsul aumentou em 50% o número de empresas incubadas, no ano de 2012. Além de um lugar para desenvolver suas atividades, o empreendedor conta com a consultoria individual para desenvolver suas ideias inovadoras.

A Empresa Júnior serve de laboratório para os cursos da UCPEL, principalmente os de Psicologia, Comunicação Social, Design de Moda, Administração e Arquitetura e Urbanismo.

Desde 1969, o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – ITEPA desenvolve estudos nas áreas de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, liderando eventos e disponibilizando informações relevantes, por intermédio de seu Banco de Dados com indicadores sociais e econômicos dos vinte e oito municípios polarizados pelo eixo Pelotas/Rio Grande, às autoridades, entidades de classe, empresários, pesquisadores e à comunidade em geral. Executa, ainda, estudos e pesquisas nas áreas de desenvolvimento regional do Mercosul, do agronegócio e da conjuntura econômica.

1.2.4. Parcerias Estratégicas

1.2.4.1. Polo Naval

Desde março de 2012 a UCPEL está estreitando laços com o desenvolvimento ligado ao Polo Naval. Uma comissão foi formada para tratar dos assuntos relativos a esse tema. Desde então, a

Universidade esteve presente na 1ª. Feira do Polo Naval em Rio Grande, e teve reunião com o prefeito e o secretário de Assuntos Extraordinários desse município, quando iniciou um movimento de cooperação.

Uma rede de troca de informações de interesse comum foi estabelecida entre a Universidade, a Prefeitura e a Câmara de Comércio de Rio Grande, para viabilizar oportunidades e afinar possíveis trabalhos em conjunto.

A comissão para assuntos do polo naval reúne professores de sete áreas do conhecimento, que orientarão projetos, ações e consultorias em áreas de expertise da UCPEL que poderão entrar em sintonia com as demandas do setor naval.

1.2.4.2. SEBRAE

A UCPEL e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) fecharam ao longo de 2012 uma série de parcerias que estimulam o desenvolvimento da região e a qualificação dos alunos. É ação transformadora junto à comunidade e aprendizado na prática.

O Negócio a Negócio contempla visitas a empresas em Pelotas, Herval, Jaguarão e Santana da Boa Vista. A iniciativa inclui diagnósticos empresariais, seguidos de elaboração e implementação de plano de ação específico para cada empreendimento, com acompanhamento da execução do projeto.

O Sebraetec prevê assessoria tecnológica por parte de professores consultores, com o auxílio de estudantes, para micro e pequenas empresas de 20 municípios da região. Os empreendimentos, encaminhados pelo SEBRAE, receberão orientações nas áreas de Marketing, Design e Arquitetura de Interiores. Pontos do Mercado Público de Pelotas receberam consultoria do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPEL para layout das bancas.

Outro contrato diz respeito a um ciclo de palestras que leva a Capão do Leão, Pedro Osório, Cerrito, Morro Redondo, Arroio Grande e Canguçu uma detalhada análise socioeconômica de sua realidade. Junto a isso, os encontros apontam também oportunidades nesses municípios. As atividades são lideradas pelo Itepa/UCPEL – Instituto técnico de Pesquisa e Assessoria.

1.2.4.3. Núcleo de Assessoramento Fiscal

Em setembro de 2012 foi inaugurado na UCPEL o NAF, parceria inédita no interior do Brasil, resultado de ações conjuntas entre a Católica e a Delegacia da Receita Federal em Pelotas. O órgão presta assessoria à população e é considerado como um marco da qualificação e valorização dos profissionais da área contábil.

1.3. Planejamento Estratégico

A nova Gestão da UCPEL, iniciada em 27 de janeiro de 2012, estabeleceu cinco temas para nortear a Instituição. São eles:

- Universidade de Ensino/Aprendizagem de qualidade reconhecida;
- Centro de conhecimento de referência;
- Agente promotor da inovação social e cultural;
- Ser uma Universidade aberta, unida, sustentável com base na identidade cristã; e
- Governança UCPEL.

A partir destes temas, criou o Planejamento Estratégico para o período de 2013 a 2032.

A primeira etapa foi realizada por um pequeno grupo, que fez a análise do ambiente, ou seja: pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades da UCPEL.

Após, o debate foi ampliado no número de participantes e girou em torno da definição da razão de ser e do futuro da UCPEL. Assim, foram estabelecidas a missão, a visão e os valores da Universidade.

A terceira etapa envolveu a formulação de estratégias para atingir esses objetivos. Foram gerados planos de ação (macroestratégias) e ações (microestratégias) para serem trabalhadas na Universidade.

Cada liderança de setor e de curso foi chamada para contribuir com a discussão e a construção foi coletiva, com a participação de todos. Todas as estratégias levantadas têm datas para ocorrer. Algumas foram apontadas como prioritárias, mas todas são fundamentais.

O Planejamento Estratégico será avaliado e revisado anualmente, para refinamento ou readequação das estratégias traçadas. Da mesma forma, as metas serão monitoradas, para que se possa saber o andamento de cada uma delas.

1.4. Missão, Visão e Valores

Em decorrência do Planejamento Estratégico, foram redefinidas a Missão, a Visão e os Valores que norteiam as ações da Instituição.

Missão

A missão da Universidade Católica de Pelotas é investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade.

Visão

Nós queremos ser:

Uma Universidade de qualidade reconhecida, centro de referência de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional.

Valores

Os valores constituem parte central da cultura organizacional e devem nortear todas as ações da Universidade.

Para a UCPEL foram definidos os seguintes valores:

- | | |
|-------------------|--------------------|
| - Verdade | - Solidariedade |
| - Liberdade | - Voluntariado |
| - Justiça | - Transparência |
| - Ética | - Inovação |
| - Comprometimento | - Promoção da Vida |

1.5. Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos

As Diretrizes e Normas Gerais da Universidade apontam para um horizonte em que:

- os professores universitários cresçam sempre mais em competência, articulando suas disciplinas a uma visão de mundo compatível e coerente com a dignidade humana. Os professores cristãos, por sua vez, testemunhem a desejada integração humana entre fé e cultura, entre competência e sabedoria cristã;
- os estudantes persigam uma educação que os torne capazes de um juízo racional e crítico, conscientes da dignidade transcendente do ser humano, em direção a uma formação profissional que compreende os valores éticos e o sentido de serviço às pessoas e à sociedade;
- os dirigentes promovam uma gestão de serviço guiados pela coragem, pelo diálogo, pela transparência e pela criatividade intelectual.

- o pessoal administrativo testemunhe o empenho e a competência como qualidades indispensáveis para a identidade e a vida da Universidade.

1.6. Objetivos da UCPEL

Objetivo Geral

- promover a educação de seres humanos éticos, competentes, aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo princípios de solidariedade.

Objetivos Específicos

- viabilizar o comprometimento da comunidade universitária com propósitos comuns;
- promover a cultura da solidariedade;
- capacitar para o exercício da cooperação e autonomia na construção, questionamento e aplicação do conhecimento;
- viabilizar o desenvolvimento de condições pessoais de sensibilidade e atendimento a demandas e superação de desafios decorrentes de lacunas e necessidades contextuais;
- proporcionar o acesso, questionamento, discussão e produção de conhecimentos científico-tecnológicos;
- instalar, no contexto universitário, a vivência do processo de formação continuada, como exigência decorrente da mobilidade e flexibilidade dos saberes em constante evolução;
- estabelecer vínculos consistentes e permanentes de intercâmbio entre as dimensões acadêmicas de produção e socialização de conhecimentos;
- possibilitar o desenvolvimento de competências de natureza conceitual, lógica, política, técnica e científica, nos planos individuais e coletivos; implementar mecanismos teórico-metodológico-operacionais para discussão permanente do processo pedagógico da UCPEL.

II – O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA UCPEL

Na história da UCPEL, há registros de várias iniciativas de avaliação institucional, quase todas realizadas, até a instituição do SINAES, de maneira isolada, nessa ou naquela unidade.

Recorde-se, a seguir, uma síntese do histórico da avaliação na UCPEL.

2.1. A Avaliação Institucional na UCPEL: Ações Anteriores

Nas diversas fases por que passou a UCPEL quanto à sua estrutura acadêmica e organizacional, centros de ensino, faculdades e agora centros/institutos, sempre houve a iniciativa em promover os seus próprios processos de avaliação. Há registro, por exemplo, de uma ampla avaliação feita pela Faculdade de Ciências Econômicas nos anos de 1969/1970, levando a uma série de mudanças administrativas e pedagógicas naquele período.

É no ano de 1985 que se inicia um movimento avaliativo crítico, abrangendo toda a Universidade. Isto se dá mediante um roteiro elaborado pela Assessoria da Reitoria e do COCEPE – Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e aprovado pelos diferentes segmentos, em outubro daquele ano. Essa avaliação teve como foco principal o ensino, em especial o de graduação. Os resultados foram apresentados em 1986 nas assembleias de professores, funcionários e alunos.

Em 1992, sob a coordenação da Pró-Reitoria Acadêmica, desenvolve-se mais uma iniciativa de avaliação. Nesse ano é promovida uma Avaliação do Desempenho Docente feita pelos alunos. Após a tabulação dos dados, cada professor avaliado recebeu os seus resultados, de forma confidencial, para análise e reflexão pessoal. No ano seguinte, o instrumento de coleta de dados foi revisado, reformulado e novamente aplicado aos alunos.

Em 1993, foi feita também a autoavaliação docente, cujos resultados, junto com a avaliação do desempenho docente, foram repassados aos professores. Também foi feita a autoavaliação dos alunos, e oferecidos a eles os resultados para que pudessem refletir sobre seu desempenho.

Nesse período, com base nas avaliações realizadas, foram apontados indicadores para o processo de avaliação, que então tomava mais consistência na Universidade, mas, ainda assim, era pouco abrangente.

Paralelamente, desenvolviam-se ações de avaliação na área da pesquisa, mas sem a necessária integração com o processo avaliativo até então instaurado.

2.2. A UCPEL e o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras)

Em 1995, nova iniciativa leva a uma revisão do Programa existente e à sua adequação ao PAIUB. Com isso, o processo buscava abranger todos os segmentos da UCPEL. Em 1996, a Universidade responde ao Edital do PAIUB e tem o seu Programa de Avaliação Institucional aprovado pelo MEC. O objetivo geral era de “promover na UCPEL um autoconhecimento que permitisse examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, e o seu impacto na comunidade.” Metodologicamente, o Projeto constaria das etapas de sensibilização, diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa.

Essa nova fase da Avaliação Institucional estava prevista para o período de agosto de 1996 a dezembro de 1997. Para operacionalizar o processo, em outubro de 1996, foi criada a Comissão Central de Avaliação Institucional – CCA. Como estratégia de ação, em cada escola, foi instituído o Núcleo de Avaliação da Escola – NAE, com um coordenador de avaliação e três alunos bolsistas (recursos do PAIUB). Os coordenadores passaram a ter reuniões semanais com a Comissão Central, quando eram realizados estudos sobre avaliação, levantamentos de indicadores e elaboração de instrumentos de coleta de dados.

Foram estabelecidas algumas grandes questões centrais, que nortearam a definição dos indicadores e dos instrumentos de coleta de dados. Exemplos: O que pensam os alunos formandos sobre o curso que estão concluindo? Como os alunos e professores vêem a biblioteca e os

laboratórios? Quem são os nossos professores e o que pensam sobre o processo ensino-aprendizagem? O que os nossos alunos pensam sobre a ação curricular e os professores dos seus cursos? Como os Diretores de Escola vêem a sua tarefa? Quem são os nossos funcionários e como vêem o trabalho que realizam? E os nossos egressos: como estão se inserindo no mercado de trabalho ?

Como estratégia de sensibilização, foram feitas visitas aos diretores de escola, no sentido de trocar ideias com relação à avaliação, tanto do ponto de vista da receptividade quanto da divulgação e apoio aos professores, distribuindo-se cópia da proposta.

Posteriormente, contando com a presença da Reitoria, realizou-se reunião com os diretores de Escolas, assessores e professores para troca de ideias e proposta de estratégias de continuação do programa de avaliação, decidindo-se, então, que cada escola escolhesse o seu caminho de sensibilização e divulgação.

O Projeto contemplado com recursos do PAIUB abrangeu o ensino de graduação, incluindo aspectos relativos ao conjunto da Instituição. A proposta metodológica concentrou-se no levantamento de opiniões sobre o curso como um todo (formandos de 1996/2), os laboratórios (alunos e professores) e as bibliotecas (alunos, professores e funcionários).

2.3. A UCPEL e o PAIUNG (Programa de Avaliação das Universidades do COMUNG)

O ano de 1998 é caracterizado por mudança de Reitoria e pela adesão formal da UCPEL ao PAIUNG. Nesse ano desenvolve-se também, na Universidade, um novo processo de planejamento estratégico ao qual, de alguma forma, faltou integração maior com o da avaliação institucional.

Reestruturou-se a Comissão de Avaliação, ficando sob a coordenação geral da Pró-Reitoria Acadêmica, integrada ainda por representantes das assessorias de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e da Coordenadoria de Ensino da Assessoria de Graduação. Com essa composição, pretendeu-se articular e dar participação aos diferentes segmentos que compõem a Universidade, bem como disponibilizar-lhes recursos metodológicos necessários à efetivação do processo avaliativo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão, estava a reflexão teórica sobre Avaliação Institucional, transformada na publicação “Projeto de Avaliação Institucional – Concepção Metodológica”. Esse texto continha o marco teórico, os objetivos gerais e específicos, metas, metodologia, descrição das ações e uma detalhada relação de indicadores para as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Com isso, houve um redirecionamento das ações: além das normas estabelecidas pela legislação vigente e a orientação do PAIUB, o novo processo utilizou os indicadores propostos pelo COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), acrescidos de outros dados obtidos por sugestões dos diversos atores da Universidade e sobre os diferentes aspectos a serem avaliados.

Outra atividade foi a discussão com os diretores das escolas/institutos sobre as novas ações, havendo uma decisão de implementar o projeto por algumas dessas unidades. Tal descentralização, que poderia parecer mais ágil e flexível, trouxe certa perda de unidade do processo.

Em meados de 1999, a Comissão foi reformulada em razão de seus membros não disporem de tempo para atendê-la. O novo grupo formado buscou dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Alguns de seus membros foram convocados para auxiliar também na organização dos processos de avaliação externa do MEC sobre as condições de oferta dos cursos.

Nesse período, a Universidade vinha acompanhando algumas atividades do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB -, em que era apresentada a metodologia de Avaliação Institucional proposta por aquela entidade. Entre elas, destacam-se: a Assembleia Geral do CRUB, em março de 2000; o IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto das IES Comunitárias, organizada pelo COMUNG/PAIUNG, em outubro de 2000; e a reunião do CRUB Itinerante, em abril de 2001. Considerando que o modelo proposto pelo CRUB abrangia as dimensões destacadas no PAIUNG e ainda detalhava outras, firmou-se cada vez mais a intenção de aderir a esse modelo, o que ocorreu no primeiro semestre de 2001.

2.4. A UCPEL e a Avaliação Institucional proposta pelo CRUB

A Portaria Nº 064/2001, de 30 de julho de 2001, instituiu, sob a coordenação do Vice-Reitor, a nova Comissão de Avaliação Institucional (CAI, com cinco membros) e a Subcomissão de Diagnóstico das Dimensões a Serem Avaliadas (com vinte e oito membros). Com esse instrumento, ficou formalizada a opção da UCPEL pelo modelo de Avaliação Institucional proposto pelo CRUB. A assinatura e divulgação da Portaria aconteceu na reunião geral do Corpo Docente com a Reitoria, dia 30 de julho, quando o modelo proposto foi apresentado em palestra proferida pela Secretária Executiva do CRUB.

O objetivo maior do modelo era “levar a instituição a identificar sua marca, a especificidade de suas respostas às demandas e necessidades da comunidade a que se propõe atender”. O modelo focalizou três pontos principais: qualidade do ensino, eficiência gerencial e organizacional e relevância pública e social.

Diferentemente do PAIUNG, esse modelo trabalhou com um detalhamento maior das dimensões: 1 - Missão, objetivos e vocação da instituição; 2 - Ensino; 3 - Pesquisa; 4 - Relações externas; 5 - Corpo docente; 6 - Corpo discente; 7 - Corpo técnico-administrativo; 8 - Administração acadêmica de cursos; 9 - Controle do produto; 10 - Organização e governo; 11 - Planejamento e avaliação; 12 - Recursos de informação; 13 - Recursos de infraestrutura; 14 - Recursos financeiros.

Tendo como meta uma ampla participação, foi definida uma estratégia geral de ação, segundo a qual todos os assuntos deveriam ser aprovados em reunião conjunta da CAI e da Subcomissão (formada por vinte e oito membros, dois para cada uma das dimensões a serem avaliadas). Entre seus integrantes estavam todos os diretores de Escolas/Institutos e ainda professores e funcionários, representando os diferentes segmentos da Universidade. Para as etapas iniciais do trabalho, a CAI elaborava as minutas que eram levadas à discussão no grande grupo. Nas demais etapas a Subcomissão, por intermédio das duplas responsáveis pelas 14 dimensões, redigiu as minutas, compatibilizadas pela CAI e referendadas no grande grupo.

Considerou-se esse período como o Primeiro Ciclo Completo da Avaliação Institucional na UCPEL, cujo desenvolvimento deu-se por meio das seguintes etapas:

1. Resgate de experiências em Avaliação Institucional, internas ou de outras entidades.
2. Definição dos objetivos gerais e por dimensão.
3. Definição da metodologia para elaboração dos instrumentos.
4. Elaboração da matriz de correlação.
5. Estabelecimento dos indicadores.
6. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.
7. Aplicação dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.

A divulgação dos resultados foi feita em jornal, formato tablóide, de quatro páginas. Foram feitas seis edições, entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, com as páginas externas coloridas, mantendo uma diagramação similar. Cada professor e cada funcionário técnico-administrativo recebeu seu exemplar nominalmente. Os alunos receberam seus exemplares nos saguões e espaços de convivência da Universidade. Aos egressos e entrevistados na pesquisa de rua também foram enviados exemplares da edição em que aqueles levantamentos foram publicados. Em fevereiro de 2003, foi editado o caderno nº 3 da CAI, contendo todos os resultados (dados gerais) das pesquisas realizadas.

Concluídas essas pesquisas de opinião, coube à CAI a coleta de informações nos bancos de dados da Instituição, denominada pesquisa direta. Após os ajustes necessários, foi elaborado o Relatório Final. Observe-se que, nesse contexto (entre 2003 e 2004), tendo em vista a implementação do SINAES, não ocorreu a avaliação externa prevista no modelo proposto pelo CRUB.

2.5. A Avaliação Institucional na UCPEL: Ações Atuais

Com base na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, coordenado pela Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior – CONAES (Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004), a Universidade passou a adequar-se às novas exigências legais.

Em 7 de junho de 2004, por intermédio da Portaria Nº 056/2004, a UCPEL constituiu a sua COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, composta por doze membros: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) tem como objetivo promover a condução e coordenação dos processos de avaliação institucional na UCPEL, em todos os seus níveis e instâncias, atuando com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade. Atende às necessidades próprias da UCPEL e observa as determinações da Lei 10.86 e normatizações posteriores, em especial as orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). É dividida em duas instâncias: uma legislativa e outra executiva.

Desde a sua constituição, a CPA da UCPEL assumiu a responsabilidade pertinente e passou a seguir o Roteiro de Autoavaliação Institucional – CONAES/INEP, cumprindo as três etapas do processo de avaliação interna: preparação, desenvolvimento e consolidação.

A etapa de preparação, associada aos estudos sobre as diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior, bem como a construção do Projeto de Autoavaliação, consumiu quase que a totalidade do tempo destinado às ações da CPA em 2004. Sendo assim, somente após o envio do Projeto à CONAES/INEP, em março de 2005, e a constituição da equipe executiva da CPA, em maio de 2005, é que se desencadeou o processo de autoavaliação propriamente dito na Universidade, ou seja, passou-se às etapas de desenvolvimento e consolidação.

É importante ressaltar que a proposta de autoavaliação implementada na Universidade Católica de Pelotas caracteriza-se, assim como outras ações oficiais da UCPEL, como mais um elemento capaz de ratificar a Missão da Universidade, qual seja *“investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade”*.

O processo de autoavaliação da UCPEL operacionaliza-se a partir das seguintes ações: autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes (iniciada em 2005/1, com previsão de continuidade semestral); realização de pesquisas de opinião com professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes (com base nos questionários socioeconômicos do ENADE), egressos, comunidade geral, organizações da sociedade civil e entidades parceiras (realizadas em 2005, 2008 e 2011, com previsão de continuidade trianual) e discussão dos indicadores do instrumento de avaliação externa do MEC, envolvendo os membros da CPA e segmentos da comunidade acadêmica envolvidos nos diferentes processos.

Esse processo autoavaliativo tem se caracterizado pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o aperfeiçoamento docente, seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas junto à comunidade acadêmica, aos egressos e às entidades parceiras, ou mesmo pela manutenção permanente do *sítio* que serve como referência à avaliação externa – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos.

Para o ciclo avaliativo 2012, valendo-se das experiências anteriores, a CPA optou por utilizar novamente o próprio Formulário de Avaliação Externa do INEP como instrumento-chave à construção do Relatório de Autoavaliação da Universidade. Foi feito um cotejamento entre as metas previstas no PDI (2008-2012) e as ações efetivamente realizadas, através da auscultação e acesso ao conjunto de evidências disponibilizadas pelos executores do PDI vigente.

2.6. Composição da CPA em 2012

<i>Componente</i>	<i>Segmento</i>
Carla Diniz Lopes	Docente
Francisco de Paula Marques Rodrigues	Docente

Gizela Leitzke Gotuzzo	Docente
José Antônio Weycamp da Cruz	Docente
Marília do Amaral Dias	Docente
Diego Porto Jaccotet	Discente
Evaristo Colomby de Carvalho	Discente
Josiane Bülow Gomes	Técnico-administrativo
Maurício Romel Lopes Karini	Técnico-administrativo
Paula Pruski Yamim (coordenadora)	Técnico-administrativo
José Artur Torres Ronna	Sociedade civil
José Dias Vianna Filho	Sociedade civil

Período de exercício da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 44/2012, de 22/03/2012 (biênio 2012/2014)

2.7. Atividades da CPA em 2012

A CPA legislativa, com representatividade de todos os segmentos universitários e a sociedade civil, realizou, durante o ano de 2012, reuniões mensais ordinárias, de março a dezembro, e duas reuniões extraordinárias. Nestas reuniões consolidou-se o processo de autoavaliação institucional, compilado neste relatório. Esta mesma comissão esteve junto aos avaliadores externos quando dos processos de reconhecimento dos cursos de Tecnologia em Produção Fonográfica e Administração em Santa Vitória do Palmar, e renovação de reconhecimento do curso de Arquitetura e Urbanismo.

A CPA executiva, durante o ano de 2012, realizou, junto ao Procurador Institucional, as atividades relativas ao Censo da Educação Superior de 2011, e aquelas ligadas aos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Manteve a página na web, atualizando também os quadros de informações necessários ao processo de avaliação. Dentro do ciclo de avaliações, efetivou as autoavaliações docentes e as avaliações dos professores pelos alunos, material este utilizado pela Coordenação Pedagógica como subsídio às suas atividades, principalmente para o PADO – Programa de Aperfeiçoamento Docente.

A CPA esteve presente nas reuniões do PAIUNG, e na comissão instituída para a elaboração do PDI para o período 2013/2017.

2.7. A UCPEL nas avaliações externas realizadas em 2012

Divulgado em dezembro de 2012 pelo ministro da Educação Aloízio Mercadante, em Brasília, o Índice Geral de Cursos (IGC) colocou a UCPEL entre as dez melhores universidades privadas brasileiras. Entre as privadas do Rio Grande do Sul, a Católica ficou em quinto lugar.

Divulgado anualmente, o IGC é calculado a partir do Conceito Preliminar de Curso (CPC), avaliação de parte dos cursos oferecidos no país feita pelo Ministério da Educação.

Os cursos avaliados em 2012, Tecnologia em Produção Fonográfica, Arquitetura e Urbanismo e Administração em Santa Vitória do Palmar, receberam nota 4 do Ministério da Educação, em uma escala de 1 a 5.

Para o curso de Produção Fonográfica, pontos como currículo, corpo docente, biblioteca e laboratórios específicos foram elementos de destaque no parecer dos avaliadores – receberam nota 5, sinal de excelência.

Em relação ao curso de Arquitetura e Urbanismo, a infraestrutura da graduação, o comprometimento de professores, funcionários e alunos foram destaque, além da própria cidade, alvo de elogios principalmente em relação ao patrimônio histórico que é um laboratório de campo grandioso para os alunos.

Em Santa Vitória, no curso de Administração, o diferencial da graduação no município está ligado ao clima positivo entre professores (que viajam diariamente quase 500 quilômetros) e estudantes, que valorizam o aprendizado.

III – A AUTOAVALIAÇÃO DE 2012

A CPA utilizou, para o trabalho de autoavaliação institucional realizado em 2012, basicamente dois instrumentos: o PDI resumido do período 2008-2012 e o Instrumento de Avaliação Externa elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A formulação deste último instrumento teve como referência os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e seus padrões de qualidade. Instituído no final de 2008 e revisado em setembro de 2010, este documento possui, segundo os protagonistas de sua concepção, a abrangência e a flexibilização necessárias para assegurar uma avaliação fidedigna das instituições, realçar as especificidades que marcam cada uma delas e viabilizar a sua utilização associada a indicadores diagnósticos que contribuirão para uma análise mais substancial da realidade. É o mesmo instrumento utilizado pelos avaliadores externos nas modalidades presencial e a distância e compõe o processo de continuidade à implementação dos instrumentos que permitirão operacionalizar o SINAES.

O processo de autoavaliação foi conduzido da seguinte forma:

a) PDI:

Leitura do PDI; com a análise de todos os objetivos e metas cuja abrangência atingia o ano de 2012. Foi utilizada nesta avaliação a mesma tabela do Instrumento de Avaliação Externa, exposta no item “b”.

b) Instrumento de Avaliação Institucional Externa:

Foi observado, para cada indicador, o critério referencial mínimo de qualidade; cotejando-o com as informações documentais e com o relato das pessoas envolvidas em cada uma das metas do PDI atinentes à dimensão. Para cada uma das dez dimensões avaliativas, nos quadros “CONCEITO DA DIMENSÃO”; levando-se em conta as análises dos respectivos indicadores da dimensão, foram atribuídos conceitos, da forma seguinte:

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

3.1. Dimensão 1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

3.1.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Promover a articulação entre PDI e PPI nas políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica.	1.1 Comprometer a comunidade universitária a respeito do significado institucional deste Plano. 1.2 Consolidar práticas institucionais (reuniões, seminários etc), em nível de gestão acadêmico-administrativa, visíveis para comunidade, garantindo a articulação entre PDI e PPI.	O Planejamento Estratégico da UCPEL, realizado ao longo de 2012, envolveu todos os segmentos da comunidade universitária, pautando-se em critérios de qualidade e processos atualizados de gestão.
2- Garantir coerência das propostas do PDI com a realidade institucional e cumprimento do cronograma.	2.1 Utilizar o PDI como referencial básico para expansão institucional e demais propostas acadêmico administrativas. 2.2 Consolidar práticas institucionais (reuniões, seminários etc), em nível de gestão acadêmico-administrativa, promovendo a visibilidade do PDI para garantir sua implementação.	Durante o ano de 2012 foi elaborado o Planejamento Estratégico da Universidade para os próximos 20 anos, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017. O PDI vigente até 2012 foi utilizado como referencial para o novo documento, tendo sido estabelecidos objetivos, metas e planos de ação, levando em conta as dez dimensões do Instrumento de Avaliação Externa.
3- Utilizar o PDI como referência para programas e projetos.	3.1 Utilizar o PDI como referência para programas e projetos.	O PDI vigente em 2012 norteou os programas e projetos da UCPEL.
4- Estabelecer articulação entre o PDI e os processos de autoavaliação e avaliação externa.	4.1 Utilizar os processos de autoavaliação e a avaliação externa como referências para revisão permanente das ações da Instituição	Embora haja articulação entre o PDI e os processos de autoavaliação e de avaliação externa, faltam ações interventivas da Instituição para algumas das fragilidades apontadas naqueles documentos.

3.1.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
1.1 – Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.	As propostas constantes do PDI estão sendo implementadas além do previsto, estando os órgãos e os sistemas de administração/gestão satisfatoriamente adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.
1.2 – Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas).	Os processos de autoavaliação e de avaliação externa não estão sendo utilizados de forma plena para a revisão do PDI e para as ações da instituição. Este tema foi debatido nas reuniões da CPA durante o ano de 2012 e, além de já ter sido levado à Gestão da Universidade, consta das recomendações finais deste relatório.

3.1.3. Síntese da Avaliação

“Investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade”

Esta é a missão da UCPEL, e também seu grande desafio.

Para transformar em ações seus pressupostos fundamentais, vem elaborando seus Planos de Desenvolvimento Institucional (2003-2007, 2008-2012, 2013-2017) com a participação de extensa representação da comunidade universitária, dividindo assim responsabilidades e definindo estratégias, num trabalho constante para torná-lo um efetivo projeto de gestão acadêmico-administrativo. Como base estrutural, tem utilizado as dez dimensões do SINAES.

Busca, permanentemente, promover a articulação entre PDI e PPI, por meio da conscientização da comunidade universitária a respeito do significado institucional deste Plano e da consolidação de práticas institucionais visíveis para a comunidade. Para que haja conexão entre os objetivos e metas estabelecidos no Plano e a realidade institucional, cumprindo o cronograma estabelecido para implementação do PDI, este tem sido utilizado como referencial básico para programas e projetos, assim como para expansão institucional e demais propostas acadêmico-administrativas, promovendo a sua visibilidade e o atendimento à missão institucional.

O PDI, que tem sido pauta permanente de discussões institucionais, está disponível no site da CPA, e é divulgado permanentemente à comunidade acadêmica.

Segundo a autoavaliação realizada pela CPA, as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI. O trabalho mais integrado entre a CPA e a Assessoria de Planejamento da UCPEL, a partir de 2013, ampliará as perspectivas de sistematização das ações interventivas decorrentes da identificação de fragilidades nos relatórios de autoavaliação e de avaliação externa.

Sendo assim, a avaliação dos indicadores desta dimensão configura um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5

3.2. Dimensão 2 – A Política para o Ensino (graduação e pós-graduação), a Pesquisa, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

3.2.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Estabelecer uma política Institucional para EaD.	1.1 Consolidar a oferta de disciplinas e programas na modalidade EaD. 1.2 Analisar a viabilidade da oferta de cursos na modalidade EaD.	A UCPEL está ampliando as ações de educação em ambiente virtual utilizando o Second Life. Há dois anos desenvolve ações no metaverso, sendo que em 2012 realizou investimentos e buscou a capacitação dos docentes para estender, em um prazo de mais dois anos, ações de educação a distância via Second Life a todos os cursos, de graduação, extensão, especialização, mestrado e doutorado, com uso progressivo. No início, deverão predominar experiências isoladas e, gradativamente, a Universidade passará ao oferecimento de disciplinas inteiramente no ambiente virtual. Existem estudos sobre a oferta de cursos de graduação e pós-graduação <i>lato sensu</i> na modalidade EAD, alguns em fase de aprovação, sendo que o curso de especialização em Tecnologia Educacional já está aprovado. A Universidade tem até dois anos para definir sua política para Educação a Distância.
2- Aprimorar o sistema de gestão acadêmica da graduação.	2.1 Refinar o controle acadêmico. 2.2 Reestruturar a Pró-	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.

	Reitoria Acadêmica. 2.3 Sistematizar as informações institucionais para os processos de avaliação externa. 2.4 Estabelecer política para oferta de cursos na sede e fora de sede.	
3- Intensificar o envolvimento da comunidade acadêmica nos diferentes processos que envolvem a graduação.	3.1 Refinar os procedimentos de capacitação e acompanhamento da comunidade acadêmica. 3.2 Consolidar os processos avaliativos numa perspectiva formativa e emancipatória.	Embora exista incentivo para que os professores se capacitem, há uma dificuldade pelo fato das licenças não serem remuneradas. Quanto à consolidação dos processos avaliativos numa perspectiva formativa e emancipatória, cabe pensar sobre as intervenções feitas a partir dos dados resultantes dos processos avaliativos, pois estas ações são incipientes e isoladas.
4- Estimular a participação dos estudantes em diferentes instâncias acadêmicas.	4.1 Estimular a participação em órgãos colegiados, em consonância com as Diretrizes e Normas Gerais da UCPEL. 4.2 Fomentar a inserção discente na sociedade. 4.3 Incentivar a organização estudantil.	No que se refere ao fomento à inserção discente na sociedade, foi constatada a necessidade de incentivar os DAs a oferecerem cursos de extensão, como um importante mecanismo para esta inserção. Por outro lado, a UCPEL estabeleceu durante o ano de 2012, junto ao SEBRAE o projeto "Negócio a Negócio". Este contrato contempla o atendimento a 600 empresas distribuídas entre Pelotas Jaguarão, Herval e Santana da Boa Vista, envolvendo os estudantes em visitas às empresas, para o diagnóstico, a elaboração e o acompanhamento do plano de negócios. Quanto à organização estudantil, poucos são os Diretórios Acadêmicos ativos, e a falta de estrutura física dos mesmos acaba não incentivando a organização discente. Em 2012 houve uma aproximação maior da Gestão da Católica e o Diretório Central de Estudantes – DCE -, com a participação destes nos Conselhos e na CPA, e em projetos como a Acolhida aos Alunos.
5- Garantir articulação entre as atividades acadêmicas e suas formas operacionais.	5.1 Revisar sistematicamente o PPI. 5.2 Promover a articulação permanente entre o PDI, PPI e PPC. 5.3 Construir e fortalecer programas integrados de extensão, iniciação científica e pós-graduação com TCC – Trabalhos de cursos, estágios e outras atividades acadêmicas	Embora o PPI devesse ser revisado e rediscutido a cada ano, hoje a Universidade concentra-se na revisão dos PPCs, e na sua articulação com o PDI. Há cursos com experiências de integração entre graduação e pós graduação, com professores do <i>stricto sensu</i> dando orientação a alunos de graduação.
6- Organizar programa de apoio à continuidade de estudo em nível de pós-graduação para egressos.	6.1 Oferecer oportunidades especiais para egressos da UCPEL em programas de educação continuada.	Durante o ano de 2012, foi concedido o incentivo de 10% de desconto nas mensalidades para este grupo. Além disso, a UCPEL oferece bolsa integral a nível de <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> para alunos com o diploma Dom Antônio Zattera, concedido aos primeiros colocados de cada curso que obtiverem nota média igual ou superior a 9 durante a graduação.
7- Incentivar a realização de Programas de Especialização e de Educação Continuada e Permanente que respondam às necessidades regionais.	7.1 Levantar as necessidades regionais em relação à formação humana e profissional. 7.2 Promover opções que possibilitem atender às necessidades prioritárias.	O levantamento das necessidades regionais em relação à formação humana e profissional se dá de maneira informal, o que não representa uma forma eficaz de obtenção de subsídios para o oferecimento de Programas de Especialização e de Educação Continuada e Permanente que efetivamente respondam às necessidades da região.

<p>8- Fortalecer a integração dos programas de pós-graduação com os cursos de graduação.</p>	<p>8.1 Consolidar a política de inserção de todos os professores dos programas <i>stricto sensu</i> em atividades de docência na graduação. 8.2 Promover a inserção dos docentes dos programas <i>stricto sensu</i> em atividades de pós-graduação <i>lato sensu</i>. 8.3 Fortalecer os mecanismos de transferência dos conhecimentos produzidos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> para graduação e pós-graduação <i>lato sensu</i>.</p>	<p>Neste objetivo, vale o que foi dito acima, no objetivo 5: há cursos com experiências de integração entre graduação e pós graduação, com professores do <i>stricto sensu</i> dando orientação a alunos de graduação. É o caso do curso de Psicologia, integrado com o Mestrado e Doutorado em Saúde e Comportamento, do curso de Letras, integrado com o Mestrado e Doutorado em Letras, e do Curso de Serviço Social, integrado com o Mestrado em Política Social. Este assunto vem sendo tratado no âmbito do Planejamento Estratégico, para fortalecer esta integração.</p>
<p>9- Consolidar, qualificar e estudar a viabilidade de expansão dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p>	<p>9.1 Monitorar e avaliar anualmente a produção científica, tecnológica e a inserção social dos docentes da pós-graduação <i>stricto sensu</i>. 9.2 Definir critérios para a realização de pós-doutorado de docentes dos programas <i>stricto sensu</i>. 9.3 Estudar a viabilidade de expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p>	<p>A autoregulação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> se dá pelas próprias políticas da CAPES. No ano de 2012 foi aprovada a criação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, existindo a necessidade de expansão, até 2016, de mais um programa de pós-graduação.</p>
<p>10- Incentivar o intercâmbio com programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de outros estados e países.</p>	<p>10.1 Ampliar convênios interinstitucionais, interestaduais e internacionais para desenvolvimento de missões de estudo, estágios sanduíche, bolsas de pesquisa.</p>	<p>A nova gestão da UCPEL fortaleceu a Assessoria de Relações Internacionais, e passou a participar do programa “Ciência sem fronteiras”. Ainda assim, o entendimento da CPA é de que a Universidade deve aumentar o incentivo ao intercâmbio e ampliar convênios, inclusive para os cursos de graduação, uma vez que a própria CAPES é alinhada a isto. Entende-se que o fortalecimento da pesquisa e do <i>stricto sensu</i> seria o caminho natural para o aumento do intercâmbio, sendo o COMUNG um canal importante para a viabilização desta meta.</p>
<p>11- Aprimorar a formação científica dos alunos e professores embasada em valores éticos.</p>	<p>11.1 Manter a oferta de eventos institucionais, visíveis à comunidade interna e externa, que promovam a identidade católica da UCPEL.</p>	<p>Durante o ano de 2012, dentro do PADOC – Programa de Aperfeiçoamento Docente, houve palestras abordando os temas de ética e identidade católica. Além disso, foram formados grupos de discussão envolvendo a Capelania e os Institutos de Filosofia e de Cultura Religiosa, para abordar assuntos como: Fé e Cultura, Antropologia, o papel do professor na sociedade de hoje, entre outros. Também em reuniões sistemáticas entre os Centros e os Institutos UCPEL o tema da identidade da UCPEL foi amplamente discutido.</p>
<p>12- Incentivar a realização de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e científico-tecnológico da região.</p>	<p>12.1 Valorizar projetos de pesquisa de comprovada relevância social e importância científica.</p>	<p>Existem atividades em que a Universidade contempla as metas do objetivo, como o atendimento psicossocial e também pesquisas tecnológicas na área de engenharia. Recomenda-se, no entanto, que esta seja uma política institucional.</p>
<p>13- Fomentar parcerias para inovação tecnológica e sua transferência para o setor produtivo</p>	<p>13.1 Apoiar o EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional como estratégia de articulação com o setor produtivo da região.</p>	<p>Em 2012 foi firmado convênio com o SEBRAE, e implantados os projetos: “Negócio a Negócio” e “SEBRAETEC”. Foi reaberta a Empresa Jr, e através dela foram elaborados projetos de pesquisa de mercado. Foi qualificado o programa e as consultorias do CIEMSUL. O EDR representou-se em</p>

		diversos eventos e palestras, tais como: encontro das MPE's da região sul (SEBRAE), palestras na semana acadêmica da UFPel e UCPEL (em Pelotas e Santa Vitória do Palmar) entre outros. Estão em processo de implantação os projetos "Anjo UCPEL" e "Orientação Empresarial". Houve um aumento de 50% no número de empresas incubadas, e existem negociações para a implementação do programa Redes de cooperação.
14- Articular o ensino, a pesquisa e a extensão com base em indicadores de demandas sociais.	14.1 Estabelecer articulação entre os projetos e programas institucionais com as necessidades da comunidade.	Existem parcerias entre a Universidade e empresas e instituições locais e regionais, em projetos de inovação tecnológica e de desenvolvimento social. Exemplos disso são o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC e o Núcleo de Assessoramento Fiscal.
15- Fortalecer a extensão associada à identidade de universidade católica comunitária.	15.1 Desenvolver projetos de inclusão social, de ações educativas e culturais, de educação para cidadania e de transferência de tecnologias, de acordo com as necessidades e interesses regionais. 15.2 Ampliar convênios e parcerias com instituições de ensino, entidades governamentais e não governamentais, movimentos sociais e setores produtivos para desenvolvimento de ações conjuntas. 15.3 Divulgar as ações extensionistas como incentivo ao exercício da cidadania e responsabilidade social.	Ações extensionistas são desenvolvidas tanto no âmbito dos cursos (exemplos disso são a Assistência Judiciária, a Clínica Psicológica, a Piscina Terapêutica e o Hospital Universitário), como também fora deles (como exemplo temos o CETRES). Durante o ano de 2012, antigos projetos foram mantidos, e novas e grandes parcerias foram estabelecidas..
16- Qualificar os periódicos editados pela Editora da UCPEL – EDUCAT.	16.1 Buscar a indexação nos periódicos produzidos pelos diferentes centros e institutos da UCPEL.	A produção da EDUCAT foi incipiente durante o ano de 2012, não tendo sido atingida a meta deste objetivo.

3.2.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
2.1 - Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.	As políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela UCPEL estão coerentes com o seu PDI 2008-2012. Algumas metas ainda não foram atingidas em sua plenitude, mas as ações apontam um cenário bastante favorável para que isto aconteça.
2.2 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.	A permanente revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, e sua adequação às exigências do MEC e também às demandas do mercado, garantem uma avaliação positiva sobre a qualidade dos cursos de graduação.
2.3 - Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	Não se aplica à UCPEL, que não teve, durante o ano de 2012, cursos na modalidade à distância.
2.4 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>), na modalidade presencial, e suas formas de	A IES possui o número de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> exigido pelo MEC, todos com o reconhecimento da CAPES. Os cursos de pós-

operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).	graduação <i>lato sensu</i> são oferecidos a partir de uma pesquisa de demanda, não sistematizada, o que não representa uma forma eficaz de obtenção de subsídios para o oferecimento de Programas de Especialização e de Educação Continuada e Permanente que efetivamente respondam às necessidades da região.
2.5 - Políticas institucionais para cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).	Não se aplica à UCPEL, que não teve, durante o ano de 2012, cursos na modalidade à distância
2.6 - Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.	As atividades de pesquisa e iniciação científica estão vinculadas, em sua grande parte, aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Professores e alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado apresentam significativa produção científica, do que resultam altos conceitos destes cursos junto à CAPES.
2.7 - Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.	O caráter comunitário da Universidade Católica de Pelotas se revela, de forma significativa, em suas inúmeras atividades de extensão. Se a considerarmos no sentido restrito (atividades desvinculadas dos cursos de graduação e pós-graduação), a IES possui projetos como o CETRES, – Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade - desenvolvendo ações educativas, sócio-culturais e de apoio à saúde mental para a promoção e melhoria da qualidade de vida na Terceira Idade. Considerada em sentido amplo, as atividades de extensão expandem-se em projetos de significativa relevância, como a Assistência Judiciária (ligada ao Curso de Direito), a Clínica Psicológica (Curso de Psicologia), as atividades da Piscina Terapêutica (Curso de Fisioterapia), o Hospital Universitário (Cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Serviço Social), o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC (Curso de Serviço Social), o Núcleo de Assessoramento Fiscal (Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), entre outros. Existe uma relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e uma vinculação com a formação acadêmica do aluno.

3.2.3. Síntese da Avaliação

As políticas e diretrizes de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão estão estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), são articuladas pela Pró-Reitoria Acadêmica (PRAc) e apresentam coerência com o PDI. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) encontram-se em permanente revisão, em atendimento às normas governamentais e aos regulamentos e resoluções da Instituição.

A graduação está estruturada em regime semestral (salvo o Curso de Medicina, que é anual), e se desenvolve por meio de um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem, composto por disciplinas, estágios, trabalhos de curso, práticas educativo-pedagógicas e atividades complementares.

Em relação ao desempenho obtido no ENADE, observa-se que, em média, os cursos obtiveram nota três.

As avaliações externas ocorridas em 2012 resultaram em nota 4 a todos os cursos avaliados.

O Programa de monitorias é uma alternativa pedagógica oferecida ao aluno para aprofundamento de conhecimentos e aperfeiçoamento de competências e habilidades.

A pós-graduação *stricto sensu* possibilita espaço para participação dos alunos de graduação e pós-graduação nos mecanismos de pesquisa e de produção do conhecimento. A implantação da pós-graduação *stricto sensu* iniciou-se em 1990, sendo os Programas autorizados pela CAPES a partir de

2001. Atualmente, a UCPEL conta com quatro mestrados (Letras, Saúde e Comportamento, Política Social e Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, este último, profissionalizante, já autorizado pela CAPES com nota 4 e com início previsto para 2013) e dois doutorados (Letras, e Saúde e Comportamento). A UCPEL recebeu, em 2012, bolsas do BIC-CNPQ, do PROBIC-FAPERGS e mantém programa próprio com bolsas de iniciação científica. No nível de pós-graduação *lato sensu*, a UCPEL mantém oferta de cursos, a partir de uma pesquisa de demanda, não sistematizada.

Como incentivo aos egressos, são concedidos descontos e bolsas para os cursos de pós-graduação - Bolsa para o diploma D Antônio Zattera: bolsa integral a nível de *lato sensu* e *stricto sensu* para alunos com Diploma Dom Antônio Zattera concedido aos primeiros colocados de cada curso que obtiveram nota média igual ou superior a 9 durante a graduação

A extensão, como prática acadêmica, interliga a Universidade com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania. A UCPEL conta com projetos permanentes nas áreas de direitos humanos, educação inclusiva, arte e cultura, saúde, economia solidária, terceira idade, entre outros.

Entre os projetos de extensão, destacada relevância tem o Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), destinado a apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária através do intercâmbio entre o saber popular e o saber universitário, combinando assim, através de um processo pedagógico, os conhecimentos existentes nesta relação. Em sua estrutura envolve professores, técnicos e estudantes de diferentes áreas do saber, desenvolvendo atividades de forma coletiva e interdisciplinar. A equipe de trabalho do NESIC se propõe a assessorar os empreendimentos de economia solidária de Pelotas e região, nas áreas de gestão cooperativa, ambiental, processos participativos, jurídica, contábil, comunicação e avaliação interna dos processos de incubação, sob os princípios da autogestão. Ao longo de mais de 10 anos de funcionamento o NESIC, inicialmente denominado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), desenvolveu significativo número de projetos de incubação de empreendimentos de economia solidária e hoje atua como um “projeto guarda chuva”, onde a sua equipe atua em diferentes frentes de trabalho, sendo elas:

- Projeto “Bem da Terra – Comércio justo e solidário”, que deu início à formação de uma rede de comercialização de produtos da economia solidária em pelotas e região;
- Projeto “Constituição de uma rede de empreendimentos solidários de coleta e seleção de resíduos sólidos na região sul do RS” que tem por objetivo central o trabalho de mobilização, constituição e apoio a empreendimentos informais e cooperativas, que atuam na coleta e seleção de resíduos sólidos em onze municípios da região Sul do RS;
- Fóruns de Economia Solidária (Fórum Microrregional e Regional Sul de Economia Solidária) sendo parte ativa nas discussões e deliberações sobre ações e desenvolvimento da economia solidária de Pelotas e região.

O Escritório de Desenvolvimento Regional, por sua vez, desenvolve mecanismos de interação com o setor produtivo, disponibilizando conhecimentos científicos, tecnológicos, informações e serviços, organizando suas atividades sob a forma de programas e projetos para o atendimento às necessidades da região. Integram o EDR: a Incubadora de Empresas, a Empresa Júnior e o Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas, responsável pelo único banco de dados econômicos e sociais da região.

Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.3. Dimensão 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

3.3.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Orientar para ações afirmativas, melhoria nas condições de vida e inclusão digital.	1.1 Priorizar projetos voltados para portadores de necessidades especiais, inclusão digital e à qualificação dos serviços prestados. 1.2 Promover ações que difundam valores éticos	A Universidade desenvolve vários projetos que contemplam a meta 1.1 deste Objetivo, incluindo um projeto de inclusão digital, em funcionamento há vários. Existe a preocupação com os portadores de necessidades especiais, e ações efetivas para a solução desta situação. A Universidade vem recebendo, nos últimos anos, certificado concedido pela Assembleia Legislativa, reconhecendo a importância de seus projetos comunitários.
2- Promover a integração com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho.	2.1 Promover ações que estimulem relações com o setor público e o privado, visando contribuir com o desenvolvimento econômico e social.	Vários projetos são realizados pela UCPEL em parceria com o setor público e privado. Exemplos disso são o Serviço de Assistência Judiciária e o Núcleo de Assessoramento Fiscal, já citados anteriormente, além do projeto de reestruturação do Mercado Público Pelotense. As parcerias com o Polo Naval e o SEBRAE (este último de assessoria técnica às pequenas e médias empresas) também são exemplos significativos. O ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria, mantém atualizado um Banco de Dados da Região Sul, de inestimável valor, disponível através do site www.bancodedadoszonasul.com.br . Existe boa articulação com o empresariado e o executivo local e regional, podendo ser citados projetos na área de reciclagem, conjuntamente com diferentes prefeituras da zona sul do Estado, e também o trabalho conjunto com a FURG, IFSul e UFPel.
3- Contemplar conteúdos de Ética e Responsabilidade Social em todos os cursos de graduação.	3.1 Revisar currículos, objetivando identificar conteúdos que privilegiem temas relacionados com a Ética e a Responsabilidade Social. 3.2 Garantir a execução de seminários e encontros, versando sobre o tema.	Há na UCPEL três disciplinas de caráter obrigatório, que atendem institucionalmente a meta. Além destas, existe uma Atividade Complementar oferecida de forma opcional para todos os cursos da Universidade. Operacionalmente, na forma de trabalhar os conteúdos (práxis docente), ainda há o que evoluir. A execução de seminários e encontros versando sobre ética e responsabilidade social ainda é incipiente.
4- Contemplar projetos de pesquisa relacionados à Ética e Responsabilidade Social.	4.1 Estabelecer políticas que garantam a exequibilidade de projetos de pesquisa, seminários e encontros, relacionados com a Ética e a Responsabilidade Social.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
5- Contemplar projetos de extensão com ações de impacto na sociedade relacionados com a Ética e a Responsabilidade Social.	5.1 Promover ações de assistência educacional e social na área de saúde e de organização, dirigida às famílias, à infância, à adolescência e à velhice, além de inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente e memória cultural.	As ações da Universidade são fortes no contexto social. Exemplo disso é o programa “UCPEL mais saudável”, que há mais de quatro anos vem agindo no combate ao tabagismo nos ambientes compreendidos pela Universidade. A proposta é incentivar os fumantes a largarem o vício e, ainda, preservar a saúde de quem não fuma, mas acaba sendo prejudicado. Outro exemplo marcante é o do CETRES – Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade - tendo como objetivos desenvolver ações educativas, sócio-culturais e de apoio à saúde mental para a promoção e melhoria da qualidade de vida na Terceira Idade, envolvendo equipe interdisciplinar de técnicos e universitários, num processo que busca integração entre ensino, pesquisa e extensão, priorizando os idosos carentes, necessitados de apoio.

3.3.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
3.1 - Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.	As ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão plenamente coerentes com o PDI.
3.2 - Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.	As relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região.
3.3 - Relações da IES com a sociedade: inclusão social.	As ações da IES com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.
3.4 - Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	As ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

3.3.3. Síntese da Avaliação

Várias ações de cunho comunitário e social são desenvolvidas pela UCPEL, ações estas que surgem a partir da constatação das necessidades da comunidade local e regional. As políticas de responsabilidade social são perfeitamente coerentes com o PDI (2008-2012). Nos quadros acima são citados alguns destes projetos, de relevância para Pelotas e Região Sul do Estado.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5

3.4. Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade

3.4.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Ampliar o funcionamento dos canais de comunicação interna e os sistemas internos de informação.	1.1 Refinar os mecanismos de coleta, sistematização e divulgação da informação. 1.2 Aprimorar os mecanismos de garantia, precisão e periodicidade da informação. 1.3 Apurar a utilização de tecnologia de informação e comunicação. 1.4 Garantir a consistência e exequibilidade dos mecanismos de comunicação com a comunidade interna.	Neste objetivo, primeiramente foram definidos os diferentes públicos (interno e externo). No caso da UCPEL, o cliente (aluno) também é público interno. Para o público em geral, o Portal da Universidade é o principal canal de comunicação, já o SAPU (Sistema de Apoio Universitário) é o meio de comunicação direta entre alunos, professores e gestão. É necessário que seja estabelecida uma política de uso para este sistema, tendo como balizador o Regimento.
2- Garantir os meios de ouvidoria instituídos.	2.1 Refinar o funcionamento e as práticas do serviço de ouvidoria existente.	A Assessoria de Comunicação e Marketing fornece a estrutura de apoio à Ouvidoria, realizando a triagem das questões enviadas através do canal de comunicação chamado "Fale Conosco". Existe uma política de ação no sentido de não deixar nenhuma questão pendente, sendo que as soluções são buscadas junto aos setores, coordenadores

		e diretores de centros É enviado relatório mensal à Reitoria e ao Setor de Marketing. Constata-se, no entanto, a falta de um tratamento estatístico às múltiplas formas de expressão das críticas, com refinamentos e encaminhamento às diferentes instâncias.
3- Ampliar o funcionamento dos canais de comunicação externa e os sistemas externos de informação.	3.1 Desenvolver políticas de relacionamento com os veículos locais, regionais e nacionais. 3.2 Aperfeiçoar a integração entre os serviços de comunicação (Rádio, TV, Internet e outros).	As políticas de relacionamento com os veículos locais, regionais e nacionais são muito boas, extrapolando o lado comercial. No ambiente nacional, existem parcerias de pesquisa, publicações dos órgãos vinculados (ANEP, ABRUC, SINEPE, COMUNG) que dão visualização nacional à Universidade. Quanto à integração de diferentes mídias, destaca-se a utilização de redes sociais, twitter e vídeos pelo youtube, existindo também o monitoramento destes meios com fins de pesquisa.
4- Manter a imagem pública da CATÓLICA.	4.1 Garantir a imagem pública da Universidade, de forma permanente e abrangente, nas mais diversas mídias.	As referências feitas acima, na análise do objetivo 3 desta dimensão, permitem concluir que a UCPEL goza de excelente imagem pública. Em julho de 2012 foi apresentado o novo conceito da marca da UCPEL: “Vamos transformar ?” A linha de comunicação para divulgação do posicionamento da marca baseia-se em quatro pilares: 1) identidade comunitária, 2) tradição e importância no município de Pelotas, 3) qualidade de ensino e 4) vivência da profissão na extensão.

3.4.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
4.1 - Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.	As ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI e com os demais documentos oficiais da UCPEL.
4.2 - Comunicação interna e externa.	Os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam muito bem, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a plena divulgação das ações da IES.
4.3 - Ouvidoria.	Na UCPEL, a ouvidoria está implantada e funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos. Seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

3.4.3. Síntese da Avaliação

A política de comunicação e marketing da IES se desenvolve através da atuação de três agentes principais: a Assessoria de Comunicação e Marketing, a Ouvidoria, e o Sistema de Apoio Universitário (SAPU).

Articulados entre si e desempenhando papel estratégico nas ações de divulgação do trabalho da Universidade e de comunicação entre os públicos que compõem a comunidade universitária e a população em geral, atuam de forma sistemática e permanente, provendo informações, dados e notícias através de diversos meios, entre os quais e-mails, homepage da IES, redes sociais, folhetos e cartazes informativos.

A Assessoria de Comunicação e Marketing desenvolve projetos que estimulam a comunicação interna e externa, em consonância com o PDI e as políticas institucionais.

A Ouvidoria é um órgão de assessoramento à Reitoria, que também cumpre importante papel na comunicação institucional, com atendimento presencial e digital, por meio de e-mail, no site da UCPEL.

O SAPU e a Intranet estabelecem a comunicação entre a Reitoria, diretores, coordenadores, setores, professores, funcionários e alunos.

Na IES existem ainda rádio e TV universitárias, que servem a propósitos pedagógicos (formação de discentes da área de comunicação e jornalismo), culturais e de divulgação, possuindo forte inserção local. São reconhecidos como importantes veículos propagadores de cultura, educação e informação à comunidade.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5

3.5. Dimensão 5 - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

3.5.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Manter a titulação adequada à legislação vigente e políticas de pessoal docente.	1.1 Manter atualizada a documentação dos docentes relativa a contratos de trabalho. 1.2 Garantir os percentuais de titulação e dedicação dos docentes.	A atualização dos documentos docentes em relação a contratos de trabalho é uma atividade desenvolvida na Seção de Recursos Humanos. Ao longo de 2012, várias práticas foram implantadas no sentido de, além de garantir a permanente atualização dos cadastros, ter informações adicionais para a qualificação das atividades funcionais. Quanto à garantia dos percentuais de titulação, e principalmente de dedicação dos docentes, este é um ponto de fragilidade, alcançado sempre dentro dos limites mínimos.
2- Manter atualizado o registro da produção intelectual dos docentes.	2.1 Viabilizar uma central de documentação docente, que atenda aos requisitos das avaliações externas.	Foi implantada em 2012 a Central de Pastas, ligada à SRH, e cuja atribuição é a de manter atualizados os registros dos professores, principalmente quanto à titulação e à produtividade. Esta atividade vem sendo cumprida de forma satisfatória.
3- Desenvolver ações para a estabilização da carga horária dos docentes.	3.1 Estabelecer e implementar políticas que visem à estabilização da carga horária dos docentes. 3.2 Estimular o intercâmbio entre as unidades acadêmicas, permitindo maior aproveitamento dos professores. 3.3 Incorporar professores em tempo integral nos cursos de pós-graduação	Verifica-se uma fragilidade na política de estabilização da carga horária dos docentes. Quanto ao intercâmbio entre as unidades acadêmicas, ela existe, visto que algumas disciplinas de pós-graduação são ministradas pelos mesmos professores dos cursos de graduação.
4- Promover a permanente atualização dos planos de carreira do corpo docente e técnico-administrativo.	4.1 Viabilizar a reformulação dos planos de carreira do corpo docente e técnico-administrativo.	Existe um plano de cargos, carreiras e salários dos docentes, protocolado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e aprovado pelo Sindicato da Categoria. Este plano sofre revisões bienais. Com relação ao plano do corpo técnico-administrativo, a Universidade já elaborou, apresentou ao sindicato da categoria, que montou uma comissão para análise e proposição de ajustes, para posterior protocolização junto ao MTE.

<p>5- Elaborar políticas que contemplem a seleção, acompanhamento, avaliação, capacitação continuada, valorização e renovação do corpo docente e técnico-administrativo.</p>	<p>5.1 Reestruturar a gestão de recursos humanos, com vistas a desenvolver ações de acompanhamento do pessoal docente e técnico-administrativo. 5.2 Elaborar e implementar processo de avaliação interna, específico ao corpo técnico-administrativo. 5.3 Implementar mecanismo de intervenção terapêutica permanente, em função dos resultados da avaliação. 5.4 Estudar políticas para renovação do quadro docente e técnico-administrativo. 5.5 Elaborar e implementar planos institucionais de capacitação ao corpo docente e técnico-administrativo, de acordo com as áreas de atuação.</p>	<p>Em 2012 foi ampliado o status do setor de Psicologia do Trabalho, com o intuito de apoiar as chefias e coordenações no sentido de melhoria das capacitações individuais e dos processos de trabalho. Também em 2012 foi implantado um sistema de avaliação tanto do corpo técnico-administrativo (feito pela chefia imediata e pela SRH), como dos docentes (feito pela SAPD – Secretaria de Acompanhamento do Pessoal Docente). A partir dos resultados da avaliação do corpo técnico administrativo, já foram realizadas ações de adequação do perfil dos funcionários às atividades realizadas. Com relação às políticas de renovação do quadro docente e técnico administrativo, a UCPEL vem adotando o PDV (Plano de Demissão Voluntária) como uma alternativa positiva para ambas as partes. Quanto às capacitações do corpo técnico-administrativo, a primeira ação foi a identificação das necessidades de cada área, feita junto às chefias. A partir daí, surgiram três linhas de atuação da capacitação: a capacitação institucional, ligada às ações voltadas às estratégias da Universidade; a capacitação técnico-operacional, voltada à melhoria das atividades do dia-a-dia, e as capacitações de autodesenvolvimento, não necessariamente ligadas às atividades funcionais, mas que trabalham na linha da melhoria enquanto pessoa e em aspectos motivacionais. Com relação ao corpo docente, a capacitação acontece através do PADOC (Programa de Aperfeiçoamento Docente), instrumentalizado pela Coordenação Pedagógica da UCPEL.</p>
<p>6- Promover a humanização, a eficiência e a qualificação das relações interpessoais, visando à satisfação do corpo docente e técnico-administrativo.</p>	<p>6.1 Garantir espaços institucionais (encontros, eventos, confraternizações, celebrações, etc), que promovam a humanização, a eficiência e a qualificação das relações interpessoais da comunidade acadêmica.</p>	<p>Ao longo de 2012, várias ações foram realizadas no sentido de promoção da humanização. Um pouco disso já está exposto no final do item acima. Além disso, aconteceram vários eventos, dos quais se pode destacar aqueles ligados à elaboração do Planejamento Estratégico, com a participação significativa dos gestores, assessorias, corpo docente e corpo técnico-administrativo. Cumpra salientar a implantação do projeto “Banco de Ideias”, onde fica aberto, no site institucional, espaço para a manifestação da comunidade com vistas à melhoria da Universidade. São esperadas idéias ligadas às temáticas: rotinas e processos, meio ambiente e saúde, relações humanas, infraestrutura, economia e competitividade (bancodeideias.UCPel.tche.br).</p>

3.5.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
<p>5.1 - Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.</p>	<p>As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.</p>
<p>5.2 - Formação do corpo docente.</p>	<p>O corpo docente da UCPEL tem experiência</p>

	profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES. A totalidade têm formação mínima em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> ; desses, aproximadamente 73% possui formação mínima em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , sendo doutores aproximadamente 27% do total dos docentes.
5.3 - Condições institucionais para os docentes.	As políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
5.4 - Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.	O perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Além disso, o novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários está em estudo pelo Sindicato da Categoria, devendo ser protocolado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.
5.5 - Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Não se aplica à UCPEL, que não é credenciada para modalidade a distância.
5.6 - Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Não se aplica à UCPEL, que não é credenciada para modalidade a distância.

3.5.3. Síntese da Avaliação

A IES vem passando por reestruturação organizacional, originada pela nova forma de administrar, resultante da sistemática de trabalho da nova gestão, iniciada em janeiro/2012. Com ela, foi definido o novo organograma da instituição, o planejamento estratégico para os próximos 20 anos, e o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2013 a 2017.

Foi protocolado junto ao Ministério do Trabalho o novo plano de carreiras, cargos e salários dos professores, e o dos técnico-administrativos está em análise junto ao sindicato da categoria, para posterior protocolo.

No que diz respeito ao corpo docente, seu perfil revela um número de titulados acima do mínimo exigido pela legislação. Por sua vez, quanto ao regime de trabalho, a porcentagem de docentes em tempo integral vem sendo atendida. Para o Quadro de Carreira do Corpo Docente, o recrutamento ocorre entre pessoas legalmente habilitadas, com competência técnica, responsabilidade profissional e idoneidade moral, que se comprometam a respeitar a fé, a doutrina e a moral Católicas. O quadro de carreira prevê que a ascensão na carreira pode ser horizontal, por níveis, dentro da mesma categoria, ou vertical, progredindo de categoria segundo sua qualificação e desempenho profissional. O adicional por tempo de serviço é de 3% do salário-base a cada 4 anos trabalhados, tendo, ainda um adicional por aprimoramento acadêmico de 15% para doutores e 10% para mestres. Além disso, os professores, para as horas trabalhadas em sala de aula, recebem um adicional de 20% na graduação, 30% na pós-graduação *lato sensu* e 50% na pós-graduação *stricto sensu*. O adicional sobre as horas trabalhadas em sala de aula não está previsto na Convenção Coletiva, sendo concedido por liberalidade da UCPEL.

O corpo técnico-administrativo é constituído por diferentes categorias funcionais, respeitada a complexidade, responsabilidade, grau de instrução e natureza da atividade. Cada categoria possui 8 referências de progressão horizontal. São utilizados critérios de recrutamento interno e externo. A admissão de pessoal técnico-administrativo obedece às Diretrizes e Normas Gerais da UCPEL, sendo a seleção feita por meio de entrevista, análise de currículo e outras técnicas aplicáveis. O ingresso é feito por Contrato de Experiência, por prazo não superior a 90 dias, favorecendo a avaliação de desempenho. O candidato aprovado no processo de seleção é enquadrado no início da tabela salarial do cargo para o qual foi contratado, respeitado o atual quadro de carreira do pessoal

administrativo. Todos os editais de seleção pública de pessoal docente ou técnico-administrativo, publicados pela Universidade, atendem às exigências do art. 93 da Lei 8.213/91 e dos arts. 4º e 36 do Decreto 3.298/99, com redação dada pelo Decreto 5.296/04. Quanto às condições de trabalho, a UCPEL, por meio do serviço de Psicologia do Trabalho, dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), registrado no MTE sob o nº 1209902, e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), procura acompanhar, monitorar e qualificar permanentemente as pessoas e os ambientes de trabalho.

Sendo assim, considerando-se o conjunto de evidências analisadas, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.6. Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

3.6.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Reexame da representatividade nos conselhos.	1.1 Reestruturar acadêmico-administrativamente a Universidade.	A nova Gestão vem trabalhando nesta meta desde o início de 2012, mas a CPA optou por fazer a avaliação deste objetivo em 2013, posto que o cronograma do PDI vigente não estende este item até 2012
2- Busca permanente de aperfeiçoamento da gestão.	2.1 Buscar apoio externo para diagnóstico estratégico.	Idem ao item acima.
3- Integração adequada com a mantenedora.	3.1 Refinar as relações entre UCPEL e SPAC.	A UCPEL mantém uma relação harmônica com a Chancelaria e a Mantenedora, existindo pleno comprometimento de ambas no cenário e nas ações que envolvem a Universidade.

3.6.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
6.1 - Coerência da organização e gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	Existe plena coerência entre o PDI, a organização e a gestão da Instituição. Há independência e autonomia na relação com a Mantenedora que, no entanto, se mantém firmemente comprometida com a gestão universitária. Os colegiados representam os diferentes segmentos universitários e seu funcionamento é condizente com a proposta estabelecida pelo Regimento, havendo a participação destes segmentos nos processos decisórios.
6.2 - Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	A gestão institucional se pauta em princípios de qualidade e resulta de diretrizes de ações.
6.3 - Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	O funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.
6.4 - Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	O funcionamento e a representatividade nos Colegiados de Curso cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

3.6.3. Síntese da Avaliação

O ano de 2012 foi marcado por intensas mudanças na UCPel.

Com o foco na qualidade e na sustentabilidade, bem como pensando no futuro, a UCPel tem buscado a inserção de práticas de gestão no seu dia a dia. Entre diversas atitudes que permeiam a postura de visão sistêmica, destacam-se cinco temas que foram definidos para nortear a Universidade Católica de Pelotas:

- Universidade de Ensino/Aprendizagem de qualidade reconhecida;
- Centro de conhecimento de referência;
- Agente promotor da inovação social e cultural;
- Ser uma comunidade aberta, unida, sustentável com base na identidade cristã;
- Governança UCPel.

A elaboração do Planejamento Estratégico (2012-2032) em conjunto com a Missão, a Visão e os Valores define o horizonte de transformação qualitativa da UCPel. Também na mesma linha está o incentivo ao trabalho em grupo, na busca do esforço coletivo para atingir objetivos comuns.

A transformação está inserida nas áreas Acadêmica e Administrativa, sendo o resultado da contínua dedicação da coletividade.

Quanto a estrutura, a mantenedora da UCPel é a Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), que, nessa qualidade, exerce a supervisão da entidade mantida, nos limites legais. A relação da Universidade com a mantenedora está definida no Estatuto da UCPel, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e financeira nos termos da legislação do ensino superior e do Estatuto. Do ponto de vista hierárquico, a administração superior é exercida pelo Chanceler (Arcebispo Diocesano), Reitor (escolhido pelo Chanceler), Pró-Reitores (Acadêmico e Administrativo), Diretores dos Centros e Institutos (Centros de: Ciências da Vida e da Saúde, de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, de Educação e Comunicação, Politécnico, Institutos de Teologia, de Filosofia e Cultura Religiosa), onde estão lotados os cursos, coordenadores e professores, compondo as unidades acadêmico-administrativas em que se efetivam as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão relativas aos diferentes campos do saber.

Conta ainda com assessorias vinculadas à Reitoria e às Pró-Reitorias, e dois órgãos auxiliares: Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP) e Rádio Universidade (RU). De acordo com os dispositivos regimentais e estatutários, existem duas instâncias colegiadas superiores: o Conselho Superior e o Conselho Universitário.

O Conselho Superior é o órgão responsável pela observância dos princípios da doutrina e moral católicas, pela ordem econômico-financeira e pela aprovação do Estatuto da Universidade, com a seguinte composição: o Chanceler, como presidente; o Reitor; os Pró-Reitores; três representantes da Mantenedora, dois representantes da comunidade e dois representantes discentes.

O Conselho Universitário é o órgão de natureza deliberativa de última instância da política e da administração ordinária da Universidade, na supervisão e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; os diretores dos centros; um diretor representante dos institutos superiores; um coordenador de curso por centro, um coordenador de programa de pós-graduação *stricto sensu*, um professor representando os institutos superiores, quatro professores, representando os docentes dos respectivos centros, todos estes, escolhidos por seus pares; o diretor do HUSFP, representando os órgãos auxiliares; quatro discentes, representando os alunos dos respectivos centros, escolhidos por seus pares.

Existem, também, outras duas instâncias representativas, uma no nível dos centros e outra no nível dos cursos: o Conselho Consultivo, órgão de apoio à direção dos centros, com a seguinte composição: o diretor do centro, como presidente; os coordenadores dos cursos de graduação; os coordenadores dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; um professor representando o respectivo curso, escolhido por seus pares; estudantes na proporção de um quinto do total de membros, escolhidos por seus pares; e o Colegiado do Curso, órgão de caráter consultivo, composto por todos os professores que atuam no curso (graduação ou pós-graduação *stricto sensu*).

Assim posto, constata-se o funcionamento regular e relativamente autônomo dos colegiados de curso, de centro e superiores da IES. Em todos é assegurada a representação discente e docente.

A relação entre mantenedora e mantida é estabelecida de forma que a mantida desfrute de grande autonomia acadêmica e financeira. No enfrentamento da crise as duas instâncias vêm trabalhando comprometidas. A participação de representantes da sociedade local nos conselhos consultivos da IES dá a dimensão de sua inserção na comunidade, em especial na Comissão Própria de Avaliação, onde os representantes da sociedade civil têm ativa participação.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5
 ○ ○ ● ○ ○

3.7. Dimensão 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

3.7.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Elaborar o Plano Diretor, compatibilizando as necessidades de área física da Instituição.	1.1 Elaborar Plano Diretor.	Embora, pelo cronograma do PDI 2008-2012, este objetivo e meta já devessem ter sido alcançado, a CPA retornou a ele em 2012, em face da importância do Plano Diretor no andamento diário da Universidade, prevendo o uso e impactos da utilização dos espaços. Para sua elaboração, há necessidade de uma série de informações acadêmicas e administrativas, que estão contidas no Planejamento Estratégico da Universidade. A partir dele, o Plano Diretor o instrumento vai direcionar a Instituição no tocante ao espaço físico. A primeira fase, de levantamento de dados físicos, já está concluída, e com a conclusão do Planejamento Estratégico e do Plano de Desenvolvimento Institucional, ao final de 2012, ficaram delimitados os requisitos necessários ao Plano Diretor.
2- Aprimorar a infraestrutura dos espaços, privilegiando as condições de conforto térmico, acústico, luminotécnico, ergonômico.	2.1 Privilegiar condições de conforto térmico, acústico, luminotécnico e ergonômico.	Em uma avaliação da questão luminotécnica, ficou constatada a boa qualidade de luminárias da Instituição. As questões acústicas e térmicas ainda são tratadas de forma incipiente, muito em função de ser alto o custo para sua solução. Exemplo disso é o problema com o transformador e gerador da Universidade, que já não suportam a demanda. Há constantes reclamações dos alunos quanto à falta de conforto térmico e acústico das salas de aula. Salienta-se a necessidade de uma ação junto aos entes públicos municipais e ao Ministério Público, para solução dos problemas no entorno da Universidade.
3- Aprimorar as instalações para as atividades acadêmico-administrativas.	3.1 Refinar gradativamente os espaços acadêmico-administrativos, com mobiliário e equipamentos especializados.	A Universidade ficou muito tempo sem manutenção, principalmente preventiva. As necessidades dos setores estão sendo atendidas, obedecendo as prioridades, e levando em conta que a dificuldade financeira tem impedido novos investimentos. Há ações com os alunos das Engenharias para trabalharem como estagiários e mesmo como profissionais, A Seção de Recursos Humanos formou em 2012 um Grupo de Psicologia do Trabalho, que tem visitado os setores, entrevistando e organizando conjuntamente o Plano de Desenvolvimento Setorial. Várias ações de qualificação dos espaços acadêmicos e administrativos foram realizadas em 2012. Podemos destacar: <ul style="list-style-type: none"> • Realocação dos setores: Seção de Contabilidade, Seção Financeira, administração da Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (Mantenedora da UCPEL), EDUCAT, Seção de Documentação e Registro Acadêmico, Seção de Recursos Humanos; • Remodelação de espaços: salas dos professores e Biblioteca Central, além de todos os espaços

		<p>citados acima;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reposição de luminárias, quadros, conservação do espaço de convivência, reformulação do jardim, etc. <p>O programa "De Olho na Qualidade", baseado na iniciativa japonesa 5'S, foi implantado em 2012, e teve abrangência nos seguintes aspectos: descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida.</p>
4- Expandir as condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.	4.1 Aprimorar Plano de Acessibilidade.	Todas as ações realizadas na UCPEL levam em conta o Plano de Acessibilidade. Foram feitas adaptações de banheiros e criado na Central de Atendimento um guichê próprio para o atendimento de portadores de necessidades especiais. Há deficiência de acesso nos prédios do Santa Margarida e Campus II, onde não há elevador. Já o elevador do Prédio C tem uso restrito aos portadores de alguma necessidade especial, visto que não foi planejado para atender a demanda total da UCPEL. Segundo informação do EMEA, existe um projeto para o Campus II, de colocação de elevador e passarelas. Hoje, naquele Campus e no da Saúde, as turmas que têm portadores de necessidades especiais são realocadas para onde há acessibilidade. Nesta mesma perspectiva, existe uma sala dentro da Secretaria Geral para onde a Gestão Superior se desloca no atendimento à comunidade.
5- Ampliar o acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet.	5.1 Refinar gradativamente os espaços acadêmicos, com mobiliário e equipamentos especializados. 5.2 Compatibilizar permanentemente a dimensão dos recursos informacionais e o porte da comunidade acadêmica. 5.3 Ampliar pontos de acesso às informações acadêmicas.	Embora a Universidade esteja investindo nesta área; este investimento não tem suprido a demanda, visto que ainda existem muitos equipamentos com problemas. Entretanto, várias ações foram realizadas em 2012: organização e reestruturação do Setor de Tecnologia e Informação (STI), aquisição de novos servidores investimentos com multimídia e lousa digital.
6- Expandir e atualizar software e equipamentos.	6.1 Refinar as estratégias de atualização existentes.	Apesar do alto custo, estão sendo feitos investimentos nesta área.
7- Aperfeiçoar mecanismos e práticas de manutenção, segurança e conservação permanente das instalações e ambientes.	7.1 Elaborar e implementar plano de ação.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
8- Aperfeiçoar mecanismos e práticas de manutenção, segurança e conservação permanente dos equipamentos.	8.1 Elaborar e implementar plano de ação.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
9- Aprimorar o apoio logístico às atividades acadêmicas.	9.1 Otimizar os mecanismos de apoio logístico às atividades acadêmicas.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
10- Qualificar as	10.1 Refinar as	Há dois projetos que contemplam o melhoramento da parte

instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo.	instalações existentes para o acervo, estudos individuais e em grupos.	acústica e do piso, um para o Campus I e outro para o Campus II. No Campus I foi realizado melhoramento no piso; quanto à acústica, é possível que o melhoramento ocorra até o início de 2013.
11- Qualificar os recursos informacionais, garantindo o acesso ao acervo e às bases de dados.	11.1 Refinar os recursos informacionais existentes.	A UCPEL mantém, desde 2009, a assinatura do Portal da Capes, dando acesso a quase quatro mil periódicos, sendo assim, um ponto relevante de qualificação dos recursos informacionais aos discentes.
12- Consolidar a política de aquisição, expansão e atualização do acervo.	12.1 Implementar plano de aquisição.	Existe um plano de aquisição de livros, para atualização do acervo bibliográfico.
13- Qualificar os serviços e a abrangência de acesso ao acervo.	13.1 Refinar permanentemente os serviços de acesso existentes.	Em 2011 houve a implementação do sistema SIE, pela Universidade. Este sistema, no módulo Biblioteca, oferece praticamente as mesmas funcionalidades do módulo anterior. A meta de reserva e renovação pelo aluno, via web, que representaria uma melhoria, ainda não foi atendida.
14- Aperfeiçoar mecanismos e práticas de manutenção, segurança e conservação permanente dos laboratórios e instalações específicas.	14.1 Implementar plano existente. 14.2 Tornar visíveis à comunidade acadêmica o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.	A Universidade tem toda estrutura de segurança, apenas faltando a disseminação à comunidade. Quanto ao PPCI (Plano de Prevenção de Combate a Incêndios), a UCPEL tem o alvará provisório emitido pelo Corpo de Bombeiros, faltando alguns itens como saídas de emergência, portas que abrem para fora, etc.

3.7.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
7.1 - Coerência da Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.	Os indicadores referentes à infraestrutura física da UCPEL, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI.
7.2 - Instalações gerais.	As instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa, são compatíveis com as necessidades. Apesar disso, existe a preocupação constante de qualificar tais espaços.
7.3 - Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Não se aplica à UCPEL, que não é credenciada para modalidade a distância.
7.4 - Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.	Os indicadores para as Bibliotecas: acervo, serviços e espaço físico, sinalizam o atendimento às necessidades da UCPEL.
7.5 - Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).	Não se aplica à UCPEL, que não é credenciada para modalidade a distância

3.7.3. Síntese da Avaliação

Para o desempenho das atividades acadêmicas e serviços, a UCPEL mantém estrutura física distribuída em diferentes locais.

O atual PDI da IES (2008-2012) apresenta um conjunto de metas e compromissos que vêm sendo, gradualmente, contemplados em termos de oferta e adequação das instalações. O Plano Diretor, do qual existe um embrião, deverá ser reestruturado, a partir de 2013, em decorrência do Planejamento Estratégico já definido para os próximos 20 anos da UCPEL, e do Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017.

Constata-se a necessidade de maiores investimentos na qualificação dos espaços, quer mediante obras civis, aquisição de equipamentos ou manutenção dos já existentes.

As ações de melhoria encontram algumas limitações para serem operacionalizadas: reformas e adaptações que são necessárias encontram limites físicos (o tamanho, estrutura e localização do imóvel), legais (tombados pelo patrimônio histórico) e financeiros (valor elevado das reformas).

Ainda há desafios a vencer no aspecto de acessibilidade, embora venham sendo tomadas medidas paliativas para contornar os problemas.

As bibliotecas dispõem de bom acervo, boas condições de instalação, manutenção e de sistemas de aquisição. As salas de aula, instalações sanitárias e laboratórios são satisfatórios, sendo possível observar, em relação a estes últimos, investimentos localizados.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.8. Dimensão 8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

3.8.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Manter o programa de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA.	1.1 Implementar, anualmente, plano de ação elaborado pela CPA. 1.2 Utilizar o banco de dados do ENADE, como principal referencial à construção dos relatórios das pesquisas de opinião dos estudantes. 1.3 Refinar o processo de pesquisas de opinião, envolvendo docentes, técnico-administrativos, egressos, comunidade geral, entidades parceiras e organizações da sociedade civil. 1.4 Aprimorar o processo de autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes. 1.5 Manter o levantamento de informações relativas à autoavaliação e avaliações externas. 1.6 Promover intercâmbio permanente com coordenações de cursos, garantindo articulação entre os processos avaliativos do SINAES.	O trabalho da CPA pautou-se no plano de ação elaborado em março de 2012. Os relatórios baseados nas tabulações do ENADE estão disponíveis no site da Comissão, e as pesquisas de opinião junto foram realizadas no final do ano de 2011, dentro do ciclo trienal. No que diz respeito às metas 4 e 5, faz-se necessária a instituição de uma comissão formada pela CPA, Coordenação Pedagógica, Gestores e Discentes, para a revisão do processo de avaliação. Com relação à meta 6, embora a interação entre a CPA executiva e os coordenadores de curso seja bastante intensa nos momentos de avaliação externa, existe a carência de um processo permanente de autoavaliação de cursos.
2- Tornar públicos, para a comunidade interna e	2.1 Manter o portal da avaliação institucional,	Foi constatada a necessidade de reformulação do site, programada pela Assessoria de

externa, os resultados do processo de autoavaliação.	vinculado ao site da UCPEL. 2.2 Refinar a articulação com a Assessoria de Comunicação e Marketing.	Comunicação e Marketing para o primeiro semestre de 2013.
3- Desenvolver plano para implementação de ações oriundas dos resultados da autoavaliação.	3.1 Promover ações saneadoras de pontos fracos diagnosticados pela avaliação institucional.	As ações oriundas dos resultados da autoavaliação realizada pela CPA ainda são incipientes.
4- Desenvolver plano para implementação de ações oriundas dos resultados das avaliações externas.	4.1 Refinar o projeto de autoavaliação de cursos. 4.2 Promover ações saneadoras de pontos fracos diagnosticados pelas avaliações externas.	As ações oriundas dos resultados das avaliações externas são incipientes.
5- Planejar ações articuladoras entre os resultados das avaliações externas e os da autoavaliação.	5.1 Elaborar plano, visível à comunidade interna e externa, que privilegie a articulação das avaliações externas e os da autoavaliação.	Para o processo de autoavaliação a CPA vem utilizando, como instrumentos norteadores, aqueles definidos pelo INEP para as avaliações externas. Assim, pode-se afirmar que fica assegurada a articulação entre as avaliações externas e a autoavaliação.

3.8.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
8.1 - Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.	Além do instrumento de avaliação externa, a CPA, no processo de autoavaliação institucional, faz o confronto entre os objetivos e metas do PDI e as ações efetivamente realizadas. Neste sentido, fica assegurada a coerência do planejamento e da avaliação com o estabelecido nos documentos oficiais.
8.2 - Autoavaliação institucional.	A Comissão Própria de Avaliação está implantada e funciona adequadamente, há efetiva participação da comunidade interna e externa nos processos de autoavaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.
8.3 - Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.	Não existe a implementação adequada de ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas.

3.8.3. Síntese da Avaliação

A UCPEL, por meio de sua CPA, tem implementado um processo de autoavaliação baseado na análise do PDI e do instrumento de avaliação externa do Ministério da Educação, em consonância com o SINAES.

A CPA é composta por representantes dos segmentos: docente (5 membros), técnico-administrativo (3 membros), discente (2 membros) e sociedade civil (2 membros). A comissão tem uma frequência regular de reuniões, e as atas, divulgadas no site www.UCPel.tche.br/cpa, registram todas as suas atividades. Neste mesmo site estão divulgados os resultados das avaliações externas e de cursos, bem como pesquisas de opinião e informações que dão subsídio às avaliações.

O processo de autoavaliação da UCPEL atualmente representa um somatório de procedimentos que marcaram a longa experiência de avaliação institucional da Universidade. Há que se destacar, ainda, que este processo tem sido caracterizado pelo caráter formativo.

Existe, no entanto, a necessidade de uma sistematização para que as ações interventivas propostas pela CPA possam ser analisadas pelos gestores da Universidade e implementadas, quando forem julgadas procedentes.

Sendo assim, pode constatar-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5
 ○ ○ ● ○ ○

3.9. Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes

3.9.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1- Consolidar os programas de apoio e acompanhamento aos discentes.	1.1 Ampliar o atendimento psicológico e psicopedagógico. 1.2 Implementar o programa Laboratórios de Aprendizagem. 1.3 Instituir programa de Orientação Profissional. 1.4 Consolidar e ampliar o programa de Intercâmbio e mobilidade estudantil. 1.5 Articular ações associadas à implementação do Plano de Acessibilidade. 1.6 Estimular a utilização das ferramentas de acesso aos dados e registros acadêmicos. 1.7 Articular ações associadas ao sistema de concessão e acompanhamento das bolsas acadêmicas. 1.8 Padronizar o Manual do Aluno da UCPEL, incluindo os procedimentos da SDRA.	<p>O NAE é responsável pelo acompanhamento aos alunos, com ações na área de psicologia, de nivelamento, de atendimento e acompanhamento de alunos com necessidades especiais e dos professores que ministram aulas para estes alunos. O NAE vem implementando também ações de acompanhamento aos pais dos alunos, não somente com a acolhida feita no vestibular, mas com a integração para a formação humana dos alunos e a valorização da família.</p> <p>No ano de 2012, o NAE, em parceria com o curso de Psicologia, atendeu a demanda de inúmeros alunos que buscaram orientação profissional, tendo em vista sua indecisão quanto à profissão escolhida. Existe um programa de mobilidade estudantil que permite aos estudantes realizar intercambio internacional com instituições de diversos países e um programa de bolsa trabalho e de alocação dos alunos em atividades de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.</p> <p>Junto ao Escritório Modelo de Engenharia e Arquitetura e o setor de Segurança do Trabalho, o NAE vem articulando ações que atendam às demandas relativas à acessibilidade. Neste sentido, existe já plenamente consolidado o grupo de estudos surdos (GES).</p> <p>O acesso aos dados e registros acadêmicos se dá através do SAPU.</p> <p>O sistema de concessão e acompanhamento de bolsas acadêmicas foi ajustado durante o ano de 2012, tendo sido alteradas as competências para o controle de cada uma delas.</p>
2- Estimular a promoção institucional de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.	2.1 Buscar a integração do NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante com as demais instâncias acadêmicas na promoção de eventos.	A função do NAE na promoção destes tipos de eventos necessita ser revista, pois a estrutura do setor não contempla estas atribuições, nem em termos de políticas nem na prática. Há projetos em andamento para integração de alunos. Na questão das bolsas, o NAE acompanha, mas não as gerencia, existindo, ainda, uma falta de referência na localização de informações aos alunos, com constantes mudanças de responsabilidades pelas bolsas, durante o período de 2008 – 2012.
3- Consolidar programas de apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção científico-cultural discente.	3.1 Elaborar plano institucional de apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção científico-cultural discente.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.

4- Consolidar as políticas de acompanhamento e formação continuada de egressos.	4.1 Criar Portal do Egresso. 4.2 Sistematizar a oferta de cursos de Complementação de Estudos.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
---	---	--

3.9.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
9.1 - Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	As políticas de apoio e atendimento aos discentes na UCPEL são viabilizadas, fundamentalmente, pela PRAC, por intermédio do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), que as implementa por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuem para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.
9.2 - Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.	A UCPEL realiza inúmeros eventos culturais, científicos e extensionistas, como o Salão Universitário, realizado anualmente, no segundo semestre. Há apoio institucional esporádico à participação em eventos científicos fora do âmbito da Universidade. A IES não possui um complexo esportivo, mas patrocina atividades culturais e artísticas. Oferece apoio à divulgação científica na forma de complementação financeira e possibilita a publicação de artigos dos docentes e discentes nas revistas que possui.
9.3 - Condições institucionais de atendimento ao discente.	O acesso à UCPEL ocorre por meio de prova de admissão (vestibular), com possibilidade de ingresso por transferência e ingresso de diplomados. Os alunos podem obter descontos nas mensalidades escolares (bolsas de IC, extensão, trabalho). Existem programas institucionalizados de monitoria, de Iniciação Científica e de Extensão. Há um serviço de suporte psicopedagógico no Núcleo de Atendimento aos Estudantes, encarregado de diagnosticar e acompanhar as necessidades identificadas. O NAE também atende os estudantes portadores de necessidades especiais. Existe um programa de mobilidade estudantil que permite aos estudantes realizar intercâmbio internacional com instituições de diversos países e um programa de bolsa trabalho e de alocação dos alunos em atividades de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.
9.4 - Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	A UCPEL inaugurará, durante o ano de 2013, o Portal do Egresso, para o acompanhamento e intercâmbio com os alunos formados. Este acompanhamento já acontece através do trabalho da CPA – Comissão Própria de Avaliação, que periodicamente realiza entrevistas com os egressos, para acolher suas opiniões e sugestões, visando a avaliação da Universidade e o oferecimento de novas oportunidades de formação continuada. Para os cursos que visam esta formação continuada, os egressos contam com incentivo financeiro, através de desconto nas mensalidades.

3.9.3. Síntese da Avaliação

As políticas de apoio e atendimento aos discentes na UCPEL são definidas pela PRAC e implementadas por intermédio principalmente do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), através da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

São algumas das atividades do NAE:

- a acolhida aos estudantes;
- os convênios com empresas para realização de estágios obrigatórios e não-obrigatórios;
- o programa de apoio aos estudantes portadores de necessidades especiais, que visa a construção de políticas de apoio e inclusão acadêmica, oferecendo condições para que os portadores de necessidades especiais obtenham autonomia e participem de todos os espaços de convivência e estudos da instituição;

- o programa de atendimento psicológico e orientação pedagógica, que tem como objetivo atender à comunidade discente em suas dificuldades emocionais e psicopedagógicas, e na orientação profissional.

A Capelania Universitária, a Assessoria de Comunicação e Marketing (ACM) e as coordenações dos cursos, em articulação com as diferentes unidades acadêmico-administrativas da UCPEL, atuam junto com o NAE, criando condições para o acesso e a permanência do aluno na Universidade.

Pelo exposto, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.10. Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

3.10.1. Objetivos e metas do PDI 2008-2012

Objetivos	Metas	Avaliação da situação em 2012
1. Melhorar o resultado das unidades acadêmicas.	<p>1.1 Readequar o sistema de custos à nova estrutura acadêmico administrativa, tornando-o visível e facilitando a tomada de decisão pelos gestores.</p> <p>1.2 Utilizar o orçamento como ferramenta gerencial, com coerência às políticas de planejamento da Instituição.</p> <p>1.3 Essencializar e aperfeiçoar a estrutura acadêmica, visando à qualificação e redução do custo.</p>	<p>Durante o ano de 2012, várias ações foram tomadas no sentido de melhorar o resultado das unidades acadêmicas e administrativas</p> <ul style="list-style-type: none"> instituição de reuniões diárias do comitê de fluxo de caixa, onde são verificadas as disponibilidades de recursos e estabelecidas as prioridades de pagamento; detalhamento econômico-financeiro apresentado nas reuniões do Conselho Universitário, do Conselho Superior, ao Sindicato dos Professores, aos coordenadores de curso e às chefias administrativas reformulação e novo regramento de concessão das bolsas da Fundação Dom Antônio Zattera; reformulação de todos os contratos de prestação de serviços educacionais, visando maior segurança jurídica à UCPEL; estabelecimento de novo regramento para portadores de títulos (50% para egressos e 30% para não egressos, com efeito exclusivamente acadêmico); implantação do recibo de pagamento de salário pelo SAPU – Sistema de Apoio da UCPEL; convênio com a Receita Federal e instalação do Núcleo de Assessoramento Fiscal, que permitiu a doação de equipamentos à TV UCPEL e Prefeitura do Campus; revisão do processo de adequação à legislação para obtenção da certificação de filantropia; reformulação do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para docentes e negociação de PDV para funcionários; organização e reestruturação do STI; gestão da folha de pagamento de docentes e administrativos (redução das horas docência e de gestão); contratação de auditoria independente para revisão de processos e controles contábeis;

		<ul style="list-style-type: none"> • utilização dos serviços da KPMG e SINBrasil na gestão financeira; • negociação com todos os bancos e fornecedores; • parcelamento do IRRF e FGTS, permitindo a obtenção de negativas; • implantação de processo contínuo de cobrança de dívida de alunos matriculados inadimplentes, com novo regramento para renegociação, visando redução da inadimplência, como no caso da rematrícula de julho de 2012, quando passou de 23% para 6,3%.
2- Otimizar os custos das atividades-meio.	2.1 Racionalizar e aperfeiçoar a estrutura organizacional, com redução da despesa indireta. 2.2 Rever os processos de trabalho da Universidade.	A avaliação deste objetivo não foi feita pela CPA em 2012 pois o cronograma do PDI vigente não estende este item até este ano.
3- Estimular a captação de novas fontes de recursos.	3.1 Ampliar a área de ação do EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional. 3.2 Estabelecer parcerias e convênios com instituições públicas e privadas. 3.3 Viabilizar investimento para ampliação da área física e assistencial do sistema de saúde da UCPEL. 3.4 Estudar opções para a captação de recursos.	Em 2012 a UCPEL firmou inúmeras parcerias, entre elas as com o SEBRAE e DECON. Ainda dentro deste mesmo objetivo, a meta de “estudar opções para a captação de recursos” foi considerada como um grande desafio para a Universidade. Neste ponto da avaliação, a CPA sentiu a necessidade de indicadores mais quantificáveis, e esta é uma das sugestões que está sendo levada, através deste relatório, à Administração Superior da UCPEL. Neste tópico, no entanto, há que se considerar a contínua negociação para a captação de recursos, pelos motivos já citados no objetivo 1 desta mesma dimensão.
4- Manter atualizada a infraestrutura, atendendo às exigências de qualidade acadêmicas.	4.1 Alocar recursos para viabilizar as metas estabelecidas na dimensão “infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação”.	Embora haja alocação de recursos para atender exigências de qualidade acadêmicas, a inexistência de indicadores numéricos, conforme exposto acima, compromete a avaliação mais precisa deste objetivo e dos próximos desta dimensão.
5- Destinar recursos para capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo.	5.1 Alocar recursos para viabilizar as metas estabelecidas na dimensão “políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho”.	Idem ao objetivo acima.
6- Destinar recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	6.1 Alocar recursos para viabilizar as metas estabelecidas na dimensão “política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”.	Idem ao objetivo acima.

3.10.2. Instrumento de Avaliação Externa para Universidades – INEP

Indicadores	Avaliação da situação em 2012
10.1 - Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.	Pelo exposto acima, compreende-se que a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI.

10.2 - Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	Verifica-se que as ações descritas acima visam a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto. Existe controle entre as despesas efetivas e as referentes às despesas correntes, de capital e de investimento.
10.3 - Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	Existem ações de aquisição de equipamentos, de expansão e de conservação do espaço físico, com vistas à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

3.10.3. Síntese da Avaliação

Por todas as considerações tecidas nos quadros acima, entende-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito 1 2 3 4 5

3.11. Requisitos Legais

	Requisito Legal	Critério de Análise	UCPEL
1	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004).	A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?	Atende
2	Titulação do Corpo Docente percentual mínimo de docentes com pós-graduação <i>stricto sensu</i> * (Lei 9.394/1996 – Art. 52).	A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado?	Atende
3	Regime de Trabalho do Corpo Docente: um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52).	A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo em regime de tempo integral?	Atende
4	Plano de Cargo e Carreira (IES* privadas). O Plano de Cargo de Carreira deve estar registrado e homologado por órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego. (Súmula 6 – TST).	O Plano de Cargo de Carreira está devidamente registrado e homologado por órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego ?	Atende
5	Forma Legal de Contratação de Professores. As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício. (CLT, arts. 2º e 3º).	A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício ?	Atende

3.12. Síntese da Autoavaliação

Considerando as avaliações atribuídas a cada uma das dimensões, e os pesos correspondentes no processo de avaliação externa, temos o seguinte quadro.

Dimensão	Conceito	Peso
1. Missão e PDI	4	5
2. Política para Ensino, Pesquisa e Extensão	3	35
3. Responsabilidade Social	4	5
4. Comunicação com a Sociedade	4	5
5. Políticas de Pessoal	3	20
6. Organização e Gest/ao	3	5
7. Infraestrutura física	3	10
8. Planejamento e Avaliação	3	5
9. Políticas de Atendimento a Estudantes	3	5
10. Sustentabilidade Financeira	3	5
MÉDIA FINAL	3,2	

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA, convicta de que o aprimoramento de nossa Universidade depende de uma reflexão e avaliação permanente, encerra este relatório pretendendo que sirva de fonte de informações, e que as considerações e sugestões apresentadas abaixo sejam acolhidas pela Administração Superior, fruto que são de uma discussão colegiada e representativa, posto que os diferentes segmentos da comunidade acadêmica fazem parte da Comissão.

Considerações e Sugestões
Estabelecer uma política institucional de incentivo à realização de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico da região.
Utilizar as redes sociais de forma mais ampla, com acompanhamento das tendências.
Intervir junto à coordenação dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Administração e outros, para que os professores incentivem seus alunos a realizarem TCCs nas áreas de avaliação de cursos, evasão e egressos.
Dar ao relatório mensal da Ouvidoria da Universidade um tratamento estatístico, utilizando sistemas informatizados, para poder avaliar quais as situações que ocorrem com maior frequência, podendo priorizar ações de melhoria.
Discutir a reativação dos agendamentos do Serviço de Assistência Judiciária da Instituição, por tratar-se de serviço de relevante conteúdo social e humanitário, de atendimento às camadas mais necessitadas de nossa sociedade. A Assistência Judiciária destaca-se entre as ações comunitárias mais significativas desenvolvidas pela Universidade, posição ressaltada na pesquisa “Avaliação Geral da UCPEL pela Comunidade” realizada em dezembro de 2011.
Estabelecer uma política de uso para o SAPU – Sistema de Apoio da UCPEL -, tendo como balizador o Regimento da Universidade.
Construir o Plano Diretor da UCPEL, contando com a participação do curso de Arquitetura e Urbanismo. Foi consenso entre os componentes da CPA a importância deste documento no andamento diário da Universidade, prevendo o uso e impactos da utilização dos espaços.
Realizar um levantamento do consumo energético da Universidade, envolvendo o Curso de Engenharia Elétrica, que possui instrumentos que possibilitam este mapeamento e diagnóstico, aproveitando também bolsistas e alunos de TCC. Além disto, dar atenção ao projeto conjunto entre Engenharia Elétrica e Computação, com o conceito de “Casa Inteligente”, que poderá, a longo prazo, ser utilizado pela Universidade.
Diligenciar junto aos entes públicos municipais e ao Ministério Público, para solução dos problemas no entorno da Universidade e, constatada a necessidade, criar uma comissão para efetivar esta ação.
Discutir a função do Núcleo de Apoio ao Estudante na promoção de eventos, estabelecida no PDI 2008-2012, pois a estrutura do setor não contempla estas atribuições, nem em termos de políticas nem na prática.
Desenvolver plano para implementação de ações oriundas dos resultados das avaliações externas e dos diagnósticos da CPA quando das autoavaliações.
Formar uma comissão composta pela Coordenação Pedagógica, Gestores, Discentes e CPA, para a revisão dos processos de autoavaliação docente e de avaliação dos professores pelos alunos.
Construir o PDI 2013-2017 valendo-se de indicadores que possam ser quantificados, sempre que possível. Isto possibilita um balizamento maior quanto a atingir os objetivos.
Realizar as pesquisas de opinião junto aos egressos anualmente, ao invés do ciclo trianual, contemplando os egressos do ano anterior. As justificativas apresentadas são de que, quanto maior o tempo entre a formatura e a pesquisa, menores as chances de localizar os alunos, e também de que as opiniões dos formandos recentes podem oferecer subsídios para a área acadêmica, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação e extensão.
Criar ou adaptar espaços para lazer e práticas esportivas, destinados a alunos, professores e funcionários da UCPEL.
Disseminar à comunidade o PPCI (Plano de Prevenção de Combate a Incêndios), e na medida do possível implantar alguns itens que estão faltando, como saídas de emergência e portas que abrem para fora.